

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

CLEITON ARAUJO BENGOCHEA

**VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA A MULHER E A SUA PERCEPÇÃO
PELOS ADOLESCENTES A PARTIR DA MÍDIA**

SÃO BORJA/RS

2018

CLEITON ARAUJO BENGOCHEA

**VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA A MULHER E A SUA PERCEPÇÃO
PELOS ADOLESCENTES A PARTIR DA MÍDIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal do Pampa,
como requisito parcial para obtenção
do Título de Bacharel em Serviço
Social.

Orientador: Cesar André Luiz Beras.

São Borja/RS

2018

CLEITON ARAUJO BENGOCHEA

**VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA A MULHER E A SUA PERCEPÇÃO
PELOS ADOLESCENTES A PARTIR DA MÍDIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social da
Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 10/12/2018.

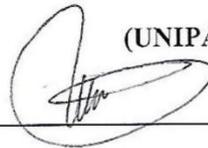
Banca Examinadora:



Prof. (Dr). (Cesar André Luiz Beras)

Orientador

(UNIPAMPA)



Prof. (Dr). (Rosilaine Coradini Guilherme)

(UNIPAMPA)



Prof. (Dr). (Marcelo da Silva Rocha)

(UNIPAMPA)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser meu principal apoio nas horas difíceis e por ter me dado forças para chegar até aqui. Dedico também a minha mãe Floraci A. Bengochea e a meu irmão Marcelo A Bengochea e aos meus demais familiares por estarem sempre ao meu lado me incentivando a não desistir. Por fim dedico a meus amigos por terem sido tão compreensíveis e me apoiarem nesta jornada. Amo todos vocês.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, que desde sempre tem me abençoado e permitido que eu viesse a concluir este curso, foi graças a suas forças que pude chegar neste momento e serei eternamente grato por tudo que ele tem feito na minha vida, desde a família que tenho, meus amigos e colegas de faculdade, devo tudo a Ele e devo honras a quem permitiu que eu permanecesse lutando até o fim. A minha mãe Floraci A. Bengochea, meu irmão Marcelo A. Bengochea, minha prima Tavane A. da Silva e meu tio Neis A. Bengochea por serem meu apoio familiar nesta terra, minha base em momentos difíceis e minha alegria ao concluir este curso. A meus amigos Junior, Taiane, Rose que estavam presentes sempre com o seu apoio a fim de me incentivar nesta jornada. A minha amiga Gabrielle que mesmo morando longe, esteve comigo desde o início da faculdade até agora na conclusão, muito obrigado a todos vocês, ambos moram no meu coração e sou grato a Deus por ter me dado tantas pessoas especiais para mim. Muito obrigado, amo todos vocês.

RESUMO

Este trabalho possui como objetivo responder a um problema de pesquisa que questiona qual a percepção dos adolescentes em relação à violência simbólica contra a mulher nas mídias comerciais. A partir desta premissa foram elencadas duas hipóteses: a primeira aborda o processo de naturalização desta violência a partir de sua invisibilidade no contexto social dos adolescentes, além de discutir sobre a legitimação da dominação masculina, considerando também a sexualidade da mulher e seus processos, principalmente dentro da escola, espaço este onde ocorre uma das maiores interações entre adolescentes em um mesmo espaço. A segunda hipótese discute o processo de banalização da mídia comercial sobre a cultura machista presente em nossa sociedade e como a partir dela, estereótipos masculinos e femininos são transmitidos ao público adolescentes através da publicidade. A partir da análise destas hipóteses foi possível responder ao problema de pesquisa com a seguinte resposta: os adolescentes não tem percepção da violência simbólica contra a mulher nas mídias comerciais, inclusive nem em seu próprio cotidiano, sendo utilizadas nove descobertas sobre o tema, a partir das hipóteses, que sustentam tal resposta. Assim, com esta pesquisa buscamos trazer a tona uma temática atual e que emerge enquanto processo de produção de desigualdades entre os gêneros, onde foram buscadas soluções para o seu enfrentamento.

Palavras chaves: Adolescentes, Violência simbólica contra a mulher e Mídia.

ABSTRACT

The present study aims to answer to a research problem that questions what is the perception of the teenagers regarding the symbolic violence against women in commercial media. Based on this premise, two hypotheses were elucidated: the first one approaches the process of naturalization of this violence from its invisibility in the social context of teenagers, as well as discussing the legitimation of male domination, considering also the female sexuality and its processes, mainly inside the school environment, place where one of the largest interactions between teenagers in the same space occurs.

The second hypothesis discusses the process of commercial media trivialization on the sexist culture present in our society and how from it, male and female stereotypes are transmitted to the teenage audience through advertising.

Based on the analysis of these hypotheses, it was possible to answer to the research problem with the following response: teenagers have no perception of the symbolic violence against women in commercial media, including not even in their own daily life, being used nine discoveries on the subject, based on the hypotheses, which sustain such answer. Thus, with this research we seek to bring the issue to a current theme and that emerges as a process of production of inequalities between the genders, where solutions were sought for its coping.

Key words: Teenagers, Symbolic violence against women, Media.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Você gosta de propagandas?	61
Tabela 2: Você gosta de propagandas? – Opção “Não”	63
Tabela 3: Você gosta de propagandas? – Opção “Sim”	64
Tabela 4: As propagandas tem importância na sua vida?	66
Tabela 5: As propagandas tem importância na sua vida? - Opção “Não”	67

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA AS MULHERES NAS RELAÇÕES SOCIAIS COTIDIANAS.....	11
2.2 A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NÃO É FACILMENTE IDENTIFICADA NO COTIDIANO DE ADOLESCENTE	12
3. A BANALIZAÇÃO DA MÍDIA COMERCIAL SOBRE A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA A MULHER	27
3.1 REPRODUÇÃO DE UMA CULTURA MACHISTA.....	27
4. CONHECENDO A REALIDADE: MÉTODO E ANÁLISE..	43
4.1 PROBLEMA E HIPÓTESES.....	43
4.2 MÉTODO.....	47
4.3 TÉCNICAS DE PESQUISA.....	53
4.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE.....	59
5. ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO.....	60
5.1 VOCE GOSTA DE PROPAGANDAS?.....	61
5.2 AS PROPAGANDAS TEM IMPORTÂNCIA NA SUA VIDA?.....	66
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76
8. ANEXO.....	77

1. INTRODUÇÃO

Iniciamos nosso trabalho abordando o nosso problema de pesquisa: “Como os adolescentes percebem a violência simbólica contra a mulher nas mídias comerciais?”, que servirá como ponto de partida para as discussões que serão realizadas durante este trabalho. Como podemos observar, este problema é constituído por quatro elementos: a) os adolescentes: participantes de uma pesquisa para evidenciar as suas opiniões dos mesmos sobre as propagandas, sendo eles o nosso sujeito de pesquisa; b) a violência simbólica: enquanto processos de estereotipar e atribuir valores a algo ou alguém; c) as mulheres: alvos da violência simbólica e que será analisado o impacto delas em suas vias cotidianas e por fim d) a mídia comercial: veículo de comunicação enquanto um dos responsáveis da reprodução de uma cultura machista. Ambos os elementos do problema de pesquisa serão abordados ao longo deste trabalho.

Como ferramenta para responder ao problema, foram elaboradas duas hipóteses. A primeira delas é: “Violência simbólica contra a mulher e a sua naturalização”, que discutirá como esta violência passa por um processo de naturalidade em meio as relações sociais entre os adolescentes no seu âmbito escolar. Esta hipótese é formada por um fator central: A violência simbólica não é facilmente identificada no cotidiano dos adolescentes por ser invisível, onde se buscará evidenciar como a invisibilidade desta violência garante a sua reprodução pelos adolescentes. Este fator é formado por três elementos constitutivos: a) a legitimação a dominação masculina: onde será discutida a inferioridade feminina e a oposição entre os gêneros; b) a sexualidade da mulher: que discutirá sobre a imposição de uma sexualidade feminina e a existência de um suposto instinto natural; c) instituição social escola: onde discutiremos sobre a escola ser um espaço de reprodução de violências. Ambos os elementos e seus aspectos contribuirão para responder o problema de pesquisa no final deste trabalho.

A nossa segunda hipótese é: “Banalização da violência simbólica contra a mulher nas mídias comerciais”, onde será buscado identificar as formas como esta violência é transmitida de forma comum e corriqueira pela TV e pela internet, veículos e comunicação em massa que produzem diversos conteúdos oriundos de uma sociedade desigual. Esta hipótese possui um fator central: A mídia banaliza a reprodução de uma cultura machista entre os adolescentes que também reproduzem a violência simbólica, onde será demonstrado como a mídia reproduz valores machistas em seus discursos. Este fator é dividido em dois elementos constitutivos: a) o patriarcado: onde será discutido a subalternidade da mulher e os limites para o enfrentamento ao patriarcado;

b) estereótipos masculinos e femininos: que abordará o processo de socialização infantil e a publicidade midiática. Ambos os elementos e seus aspectos contribuirão para responder o problema de pesquisa no final deste trabalho.

A partir das hipóteses formuladas surgiram nossos Capítulos 2 e 3, sendo o primeiro deles a questão a naturalização da violência simbólica contra a mulher no cotidiano dos adolescentes e como este processo garante que ocorra a reprodução de preconceitos e desigualdades entre os gêneros, inclusive pelos adolescentes que são participantes deste sistema. Já o a reflexão do capítulo 3 abarcará o processo de banalização de uma cultura machista através do patriarcalismo e de estereótipos que são publicitados em TVs e na internet a partir de da intenção de utilizar estrategicamente valores aceitos socialmente para anunciar seus produtos.

Foi realizada uma pesquisa juntamente a estudantes de uma escola para evidenciarmos qual era a sua percepção sobre as propagandas e se elas possuem alguém relevância em suas vidas. Esta pesquisa servirá também para demonstrarmos alguns elementos de nossas hipóteses, ou seja, a partir dela poderemos demonstrar empiricamente, mesmo que de forma fragmentada, algumas análises que serão discutidas ao longo dos capítulos.

O presente trabalho terá a seguinte estrutura: a) Capítulo 1 Introdução onde apresentaremos de forma geral os elementos que formam este trabalho de conclusão; b) Capítulo 2 A naturalização da violência simbólica contra a mulher, possuindo um fator, três elementos constitutivos e cinco aspectos de análise; c) Capítulo 3 da banalização da mídia em relação à violência simbólica e a reprodução de uma cultura machista, que possui dois elementos constitutivos e quatro aspectos que o formam; d) Capítulo 4 da metodologia de pesquisa onde constam as discussões do problema de pesquisa e das hipóteses, o método utilizado no trabalho, as técnicas de pesquisa e para finalizar as técnicas de análise; e) A pesquisa: onde foi aplicado um questionário para os alunos a fim de identificar a opinião dos adolescentes sobre as propagandas.

2. A naturalização da violência simbólica contra as mulheres nas relações sociais cotidianas.

Para iniciar esta análise, partiremos do problema de pesquisa “Como os adolescentes percebem a violência simbólica contra a mulher nas mídias comerciais?”, que servirá para guiar o caminho que será percorrido neste trabalho. A fim de responder a este problema, foram elaboradas duas hipóteses com fatores que e forma uma linha de raciocínio que busca sustentar nossas respostas à questão formulada. Ressaltamos que neste primeiro capítulo será abordada apenas a primeira hipótese, cabendo à hipótese 2 o próximo capítulo deste trabalho.

A primeira hipótese é “A naturalização da violência simbólica contra as mulheres nas relações sociais cotidianas”, que busca compreender como ocorre o processo de legitimar tal violência no dia a dia de adolescentes que foram alvos da pesquisa, pauta-se então na tentativa de responder uma questão que implica diretamente na vida de mulheres que são vítimas de estereótipos que as discriminam e as inferiorizam. Ela é composta por um fator central: A violência simbólica não é facilmente identificada no cotidiano dos adolescentes, (invisível), que trata sobre como os adolescentes a percebem, ou não, através das relações que possuem com o seu contexto escolar, ou seja, colegas, professores, pais, amigos, etc. Vale ressaltar que aqui será realizada uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de demonstrar e discutir os fatores hipotéticos que constituem parte deste trabalho.

2.1. A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NÃO É FACILMENTE IDENTIFICADA NO COTIDIANO DE ADOLESCENTES.

Durante o processo de reflexão do fator da não identificação da violência simbólica contra a mulher no cotidiano dos adolescentes, se fizeram presentes alguns elementos constitutivos: a legitimação da dominação masculina; a sexualidade da mulher e por fim, a instituição social educacional enquanto reprodutora da violência simbólica permitindo a sua ocorrência.

O primeiro elemento constitutivo que surge para explicar este fator é da legitimação da dominação masculina presente em nossa sociedade, onde, por exemplo, se torna natural uma mulher receber o estereótipo de “fácil” se esta se relaciona com muitos homens, enquanto se este se relaciona com muitas mulheres, lhe é dado o posto de “garanhão e pegador”, considerando que a relação valorização/desvalorização existe

desde os primórdios da humanidade porque a base da humanidade se firmou na valorização do trabalho masculino em detrimento e inferioridade de atividades femininas, como era na época histórica de caça e pesca, onde cada gênero possuía um papel na sua tribo e deveria segui-lo a risca.

Com o passar do tempo, essas relações vem se intensificando, onde o sujeito homem tem sua força e virilidade afloradas enquanto a mulher possui todas estas características retraídas, principalmente por causa da dominação masculina a qual os sexos estão envolvidos.

Neste sentido Bourdieu (2002) fará a discussão sobre uma das formas de se legitimar a dominação masculina: o princípio da inferioridade feminina, nosso primeiro aspecto a ser analisado:

O princípio da Inferioridade e da exclusão da mulher, que o sistema mítico-ritual ratifica e amplia, a ponto de fazer dele o princípio de divisão de todo o universo, não é mais que a disseminação fundamental, a do sujeito e do objeto, do agente e do instrumento, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas, das relações de produção e reprodução do capital simbólico, cujo dispositivo central é o mercado matrimonial, que estão na base de toda a ordem social: as mulheres só podem aí ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos cujo sentido se constitui fora delas e cuja função é contribuir para a perpetuação ou aumento do capital simbólico em poder dos homens (BOURDIEU, 2002, p. 27).

Conforme é possível observar no trecho acima, esta inferioridade e exclusão exercida pelos homens cria um mecanismo social divisório entre os gêneros, principalmente para as mulheres, pois ocorre a sua objetificação simbólica, ou seja, da sua transformação em um mero instrumento nas mãos de seus dominantes, os homens, e que poderá ser utilizada da maneira como ele desejar, seja com o viés de exploração de seu trabalho, sexual ou mesmo simbólica, como ocorre no matrimônio, onde o sujeito feminino tem o papel de satisfazer sexualmente seu parceiro sempre que este lhe procurar, ocorrendo no final deste processo que haja a naturalização de tais relações porque a mulher aceita este papel que lhe é atribuído e imposto pela sociedade.

Um exemplo simples para esta questão é quando a menina enquanto criança fica responsável por lavar a louça enquanto o menino é livre para ir brincar fora de casa, vemos aqui como que desde a fase infantil o poder de liberdade é concedido (pela sociedade) ao homem e para a mulher restam apenas às tarefas domésticas, fazendo com que esta relação seja reproduzida involuntariamente na fase adulta, pois tende a ser

naturalizada e perpetuada neste processo, como pode ser visto quando o homem sai para se divertir e deixa os afazeres da casa para a mulher, que aceita esta situação porque desde pequena lhe foi ensinado assim, contribuindo desta forma, para a manutenção do sistema de diferenças existentes entre o homem e a mulher, que atribui determinados lugares para cada sexo.

Esta relação não é contestada em muito dos casos, pois se torna invisível com a naturalidade e sutileza em que se desenvolvem na subjetividade dos indivíduos, acarretando assim que não se perceba que a dominação masculina está lá diretamente, perpetuando que ela continue a se reproduzir na sociedade.

A fim de compreender como a dominação masculina se expressa, trataremos sobre uma de suas vertentes, e que é a ideia central desta pesquisa: o conceito de violência simbólica contra a mulher. Seu conceito segundo Bourdieu (2002) é:

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2002, p. 2-3).

A partir deste pensamento podemos observar que a violência simbólica nada mais é que uma força invisível que opera em todos os setores da sociedade e surge como expressão da dominação masculina, se caracterizando com um poder que exerce atribuições aos gêneros e que dificilmente é percebida, pois uma de suas principais formas de se manifestar é ocultando-se em meios às relações sociais, através da sua reprodução inconsciente, onde nem mesmo aqueles sujeitos que são vítimas não o sentem, pelo contrário, ela é naturalizada por eles, inclusive pelas mulheres que não percebem a situação a qual se encontrariam, a de dominadas. Em síntese, podemos dizer que esta violência é a atribuição de valores, comportamentos e padrões para os gêneros, contribuindo para a hierarquização dos sexos e a oposição entre homens e mulheres, ou seja, ocorre o atrito entre ambos onde a mulher é a principal vítima de opressões.

Indo ao encontro desta discussão, iremos abordar neste momento como que a violência simbólica é exercida nas relações interpessoais, ou ainda, a forma como ocorre à identificação da subjetividade com a realidade concreta a partir da familiarização da subjetividade com a realidade aparente.

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) [...] Por não poder evocar com sutileza suficiente [...] exemplos suficientemente numerosos, bastante diversos e bem gritantes de situações concretas em que esta violência doce e quase sempre invisível se exerce, limitar-me-ei a observações que, em seu objetivismo, impõe-se de maneira mais indiscutível que a descrição das interações em seus mais mínimos detalhes (BOURDIEU, 2002, p. 23).

No momento em que o dominado adere à dominação, este aceita sua condição de subjugado e apenas a reproduz sem dar-se em conta de que ele está numa situação de exploração simbólica, seja ela de seus corpos, imagens ou comportamentos que derivam justamente da condição de opressão invisível que se encontram. Um exemplo disto é, por incrível que possa parecer, a familiarização desta prática com a realidade observada quando ocorrem abusos sexuais contra mulheres, ou em outras palavras o estupro, onde a maior parte da população tem a ideia de que é a mulher quem provocou este crime, ou seja, ela é a culpada pelo seu abuso proporcionando assim o processo de naturalização da essência deste fato social através da inferiorização da mulher.

O segundo aspecto de nossa discussão é a oposição entre os gêneros, neste sentido:

Há que se ressaltar também o que Vianna (2004) afirma, de que o feminino e masculino são vistos como categorias opostas, excludentes, hierarquizadas fazendo com que tudo o que se relacione ao feminino, tenha significado inferior. O ordenamento das relações sociais assim polarizado, hierárquico e cristalizado desloca a culpa das desigualdades sociais, políticas e econômicas para a natureza e são reforçadas nas instituições sociais como na família, na escola e também nas políticas públicas educacionais. A autora afirma, além disso, que o conceito de gênero, historicamente construído pelas teóricas feministas, pretende sair de explicações de desigualdades e das fundamentações baseadas em diferenças físicas, biológicas para mostrar o caráter social desse conceito. (BRABO, 2015:270/271).

Este sistema de oposições entre os sexos, portanto, põe em polos um poder hierárquico do homem sobre a mulher, tornando toda referência ao feminino como algo desvalorizado, pois quando se inferioriza um lado, o outro tende a manter-se no poder e ainda adquiri-lo mais porque quanto mais se explora, mais a distância aumenta entre estes polos, ação esta que se legitima cotidianamente pela sua naturalidade e torna a dominação masculina invisível aos adolescentes, pois eles tendem a não criticar sua realidade por verem apenas as aparências das relações, caso observassem a essência,

poderiam enfrentá-la Cabe ressaltar que quando se fala em gênero estamos indo além do conceito biológico que muitos no senso comum historicamente – como nas instituições sócias como a família, o Estado, políticas públicas educacionais como a escola, etc. -, acreditam ser o único elemento a ser considerado Brabo (2015), não ponderando sobre as relações sociais que também constroem o gênero a partir de papéis determinados para cada indivíduo, garantindo um poder de vantagens a homens – como a possibilidade de exercer sua autoridade como pai para sua família, tendo ele a última palavra e para quem os filhos recorrem quando necessitam de algo -, em detrimento de não conceder este poder as mulheres.

Portanto não se trata de algo natural do ser humano este sistema de hierarquia, mas sim ele é criado socialmente, e assim se naturaliza, tornando-se invisível ao passo em que cria e aumenta as desigualdades entre os gêneros, como a diferença salarial, a transformação feminina em um objeto, dentre diversas outras formas, ocorrendo no cotidiano dos adolescentes onde estes não tem a percepção de sua existência, ou o percebem e são indiferentes sobre a questão, pois ela é naturalizada. Para contribuir na discussão, iremos utilizar Brabo (2015) para analisar o sexismo da linguagem:

[...] sociedades profundamente androcêntricas, que colocam as mulheres em subordinação; esta é de tal forma naturalizada que muitas vezes as próprias mulheres não desenvolveram consciência sobre ela e contribuem para a sua reprodução. Esta questão tem sido objeto de amplo debate teórico. Exemplo amplamente conhecido é a utilização da palavra Homem para referir a Humanidade como um todo, sob o argumento de que ‘a mulher’ está representada no “H” maiúsculo. Trata-se, claramente da utilização de um “universal neutro” (LISTER, 1997), a que subjaz um sujeito masculino dito universal e a que corresponde a invisibilização social naturalizada das mulheres (MACEDO, 2009). Podendo servir à manutenção de um poder hegemônico masculino, o sexismo da linguagem constitui uma forma de violência social sobre as mulheres. (BRABO, 2015:17).

Por mais sutil que essa subordinação aparente ser, apenas neste exemplo de escrever a palavra Homem com “H” maiúsculo, que representaria toda a humanidade, a dominação masculina vai se introjetando e se naturalizando, pois as mulheres que são as maiores vítimas não se reconhecem nesta situação, contribuindo para que haja a manutenção deste sistema e assim o naturalize.

Encontra-se aqui, na dominação, a base da suposta inferioridade da mulher, tornando-se invisível para aqueles que não refletem como isso simbolicamente afeta as mulheres. Portanto, o elemento constitutivo da legitimação da dominação masculina

cria suas bases para se perpetuar universalmente na sociedade, e assim garantindo que ela permaneça sem que haja grandes mudanças e as mulheres continuem sendo alvo inconsciente e consciente segundo Brabo (2015), pois ambos os sexos reproduzem uma lógica que foi naturalizada a partir de processos sociais e educativos desde a sua infância.

Assim os adolescentes, que estão naturalizados com tais comportamentos, não percebem como isto afeta seu cotidiano ou ainda passam a serem indiferentes durante a reprodução, ou seja, reproduzem conscientemente sem se importarem com as consequências, permitindo assim que a naturalização da violência simbólica seja exercida através da oposição entre os gêneros.

Abordaremos agora o segundo elemento constitutivo: a sexualidade da mulher. Para iniciar esta discussão iremos utilizar a questão da imposição de uma sexualidade feminina, nosso primeiro aspecto, para tal, Brabo (2015), irá abordar que:

Se somos definidos(as) como meninas ou meninos mesmo antes de nascer, através de uma ultrassonografia que aponta nosso sexo (biológico) isso se dá no contorno da linguagem carregada de expectativas, e desejos daqueles(as) que nos aguardam, e na profusão de sentidos que ser menina ou menino carregam junto com esses discursos (BRABO, 2015:152).

Com isso estamos querendo mensurar a importância do momento quando se descobre o sexo biológico da criança e o que isto implicará para o desenvolvimento de sua sexualidade. No caso das meninas, são compradas roupas rosa ou cores que tendem a ser claras e que transmitam tranquilidade, lhes são dadas expectativas de vida como o casamento, o que transmite a linguagem do que é ser menino ou menina. Assim a sexualidade da menina se torna algo imaculado, que deve ser preservado, sua inocência se faz presente como característico, tornando as crianças poços de esperanças para seu desenvolvimento enquanto sujeitos na sociedade de acordo com Brabo (2015), onde esta relação se torna naturalizada pela forma comum em que ocorre. Sobre esta questão da normalidade sexual feminina encontraremos a discussão da exclusão social mediante transgressão de sua sexualidade heterossexual:

[...] há um caráter político que define o que é “normal” em termos de sexo/sexualidade/gênero e que castiga e pune os sujeitos considerados desviantes ou transgressores dessas normas e cujos custos, para esses sujeitos, se dão por vias morais, políticas, materiais, sociais e econômicas, levando-os, na maior parte das vezes, à exclusão tácita e silenciosa (BRABO, 2015:157).

Este caráter político é quem rege os comportamentos padronizados dos indivíduos, ocasionando que todos aqueles sujeitos que não sigam o modelo “natural” para o seu sexo, conforme pensa o senso comum, sofre implicações que podem inclusive levar a exclusão social segundo Brabo (2015), como ocorre com as mulheres que são vítimas da violência simbólica no momento em que tem sua imagem vinculada a algo pejorativo (como um ser fraco e que não possui meios para se defender), e que possui valores que impedem, ou dificultam a entrada feminina no mercado de trabalho, a excluindo e relegando o feminino a atividades domésticas, ações estas naturalizadas justamente por haver esta exclusão por causa do conservadorismo. Iremos abordar agora a discussão da hipersexualização:

Paradoxalmente, num mundo social híper-sexualizado continua a penalizar-se as jovens que assumem a vivência da sua sexualidade, as quais continuam a sofrer pressão da promoção do designado ‘bom’ comportamento. [...] Não poderia também deixar de referir a prevalência de assédio persistente sobre algumas mulheres, como forma de violência social que lhes é imposta em diferentes espaços da sua vida, com destaque para certos locais de trabalho onde é ainda utilizada como forma de regulação da progressão na carreira, situação que condiciona fortemente a sua liberdade de escolha e de assunção da sexualidade verdadeiramente compensadora a que têm direito (BRABO, 2015:22/23).

Iremos utilizar a hipersexualização para denominar a ação de utilizar o corpo da mulher enquanto objeto sexual para satisfazer os desejos dos homens, e como a dominação masculina a influencia, pois isso afeta diretamente em como os adolescentes percebem a mulher no seu cotidiano. Culturalmente a mulher é ensinada a ter uma postura de fragilidade e ingenuidade, quando não lhes é ensinado a explorar a sua sexualidade, como acontece com os meninos – quando lhe é estimulado a namorar desde jovem ou ainda é lhe ensinado como o fazer, geralmente com o pai lhe ensinando -, assim ela desenvolve comportamentos que tendem a ser considerados de pureza para a sociedade (que também as cobra disto), não podendo exercitar práticas que possam ser consideradas impróprias para elas, como atitudes de relacionar-se com quantos homens desejar.

Isso reflete diretamente em suas vidas porque é naturalizado quando, por exemplo, no ambiente de trabalho onde a mulher ainda é vítima de violências sociais como o assédio, preconizando que ela deva se sujeitar aos seus superiores para poder subir de posto ou sequer, manter seu emprego. Isso demonstra uma forma de

violência simbólica e que se torna invisível quando reproduzida sem uma criticidade ao passo em que se naturalizam estes comportamentos, e o adolescente neste cenário não percebem que a violência simbólica está intrínseca nos valores aos quais eles acreditam ser naturais, pois ambos estão inseridos em um sistema de naturalidade permeado pela reprodução da hierarquia de poder entre os gêneros e que impõe uma sexualidade para a mulher.

Abordaremos agora nosso segundo aspecto: o instinto sexual naturalizado:

Já a sexualização nos remete a compreensão das constantes tentativas de se construir um “instinto sexual” para os sujeitos. Dessa maneira, os seres humanos ao serem guiados por um “instinto natural”, por uma “energia libidínica” ou por uma “pulsão”, procurariam se relacionar erótico-afetivo-sexualmente com sujeitos de um sexo biológico oposto. Esse “despertar” da sexualidade seria decorrência de outra ação “instintiva”, a necessidade de perpetuação da espécie (BRABO, 2015:75).

Este instinto preconizado pela sexualidade gera consequentemente que os comportamentos que já sofrem uma padronização, se justifiquem por ser algo “natural” e “intrínseco” ao ser humano, porém neste trabalho abordaremos como este instinto afeta diretamente a vida de homens e mulheres no seu cotidiano frente às relações de gênero que possuem. Pondo em foco primeiramente as mulheres, estas subjetivam a ideia de seu instinto e o reproduzem, quer tenham consciência disto ou não, quando por exemplo: cobram de outras mulheres a procriação argumentando que elas “nasceram para ser mães”. Já para os homens, tal instinto se caracteriza não somente pela agressividade e fúria que demonstram em algumas situações (como em brigas), mas também a virilidade que lhe é atribuída à sociedade para que seja forte e viril e que assim sua prole seja de grande número e que sejam fortes “como o pai”.

Assim queremos dizer que ambos os gênero estão inseridos dentro de um sistema de valores que são atribuídos de forma diferente e desigual para cada um, onde podemos visualizar como não há a percepção por causa deste instinto segundo Brabo (2015), pois na maioria dos casos a mulher não percebe como reproduz valores conservadores enquanto é a própria vítima deles, e os homens do mesmo modo, se veem na necessidade de demonstrar tais comportamentos ao passo em que exploram as mulheres, reforçando o sistema de hierarquia em que vivemos e que é naturalizada quando ocorre deste instinto natural ser utilizado como desculpa para justificar algum ato, como o amor materno.

Outra discussão que caracteriza a sexualidade da mulher como forma de se tornar invisível e como ela é explorada se encontra na questão dos direitos reprodutivos femininos, neste sentido Brabo (2015) aborda que:

No que concerne à questão dos direitos reprodutivos, refiro, a título de nota, a crescente expectativa de que as mulheres garantam a reprodução da espécie, num período em que a população na Europa envelhece e se começa a compreender a importância do contributo insubstituível das mulheres. No entanto, não lhes são dadas garantias compensatórias das suas perdas, em termos de carreira profissional, se “optarem” por esse ato de generosidade social. Refira-se também, no que concerne os direitos sobre o próprio corpo, a ainda prevalente criminalização social da interrupção voluntária da gravidez, apesar de alguns avanços legislativos, um pouco por toda a Europa. (BRABO, 2015:21).

Pondo em foco a questão da reprodução humana em âmbito global, não apenas na Europa conforme traz Brabo (2015), embora as mulheres tenham fundamental importância no processo, pois são elas que podem gerar filhos, e com o aumento da longevidade das pessoas, este papel reprodutivo se faz ainda mais necessário para aqueles que desejam equilibrar a balança de faixas etária, segundo Brabo (2015).

Esta discussão vai ao encontro da questão da mulher ser apenas um instrumento nas mãos da sociedade, onde neste caso, seu papel é o de reprodutora da espécie, não indo além disto, contribuindo desta forma para a naturalização não apenas desta forma de atribuir valor ao feminino, mas também a reprodução simbólica da violência contra a mulher, inclusive do próprio machismo, pois atrelar apenas um valor a um gênero não é nada além de uma tentativa de afirmar o seu suposto estado de inferioridade frente ao gênero oposto, ou seja, o machismo se faz presente nesta relação de forma tão forte que para muitos ainda é normal ver a mulher apenas como a reprodutora da espécie, deixando de lado todos os seus direitos conquistados e a sua própria existência enquanto ser independente e que pode tomar as próprias decisões sobre o que fará com seu corpo. Porém, neste processo de reproduzir a espécie humana, a mulher perde na questão do trabalho porque historicamente ela foi vista apenas como aquele sujeito que é capaz de dar a luz, não exercendo nenhuma outra função que não seja a maternal e doméstica.

Outra forma da sexualidade feminina sofrer algum tipo de violência é na questão do aborto, onde não somente os homens, mas as instituições governadas por eles (família, igreja, etc.) e inclusive algumas mulheres que se posicionam contra esta prática controlam o que acontece com o corpo feminino, não garantindo a elas o direito

de fazer com ele o que desejar, gerando embates inclusive políticos a respeito, no âmbito da criação de leis que venham a garantir o direito sobre si mesmas e sobre seus corpos, seja não querer reproduzir a espécie, inclusive esta relação é naturalizada porque ocorre o controle sobre o corpo da mulher através da naturalização de um instinto natural que é inerente a ela.

Abordaremos agora o nosso terceiro elemento constitutivo: a instituição social educacional. Nesta questão encontramos nosso primeiro aspecto: a escola enquanto reprodutora de violências. Partiremos agora para a discussão a partir de Brabo (2015):

Relações de gênero e violências são construções socioculturais e educacionais que têm lugar também na escola, uma instituição encarregada do desenvolvimento humano, individual e social, de ensinar a conviver e de formar para a cidadania. Todavia, observam-se lacunas no conhecimento e na ação educacional no que diz respeito à relação entre reprodução das relações de gênero e reprodução da violência nas relações sociais e escolares, em especial. Considerando que as violências ocorrem na escola, a compreensão da relação entre reprodução das relações de gênero e reprodução da violência é requisito para a intervenção pedagógica na perspectiva da prevenção, lembrando-se que a educação tem esse caráter preventivo (BRABO, 2015, p. 225).

Embora o papel da escola seja o de impedir que tais atos ocorram, trabalhando na prevenção deles, acaba por apenas naturalizá-los conforme Brabo (2015), pois muito pouco se faz para combater a violência simbólica neste contexto. Esta prevenção passaria por um processo pedagógico, ou seja, um profissional desta área seria o responsável por discutir com os alunos questões de gênero, mais especificadamente a violência simbólica contra a mulher no sentido de buscar a sua não ocorrência ou ao menos deixar os estudantes a par dos fatos sociais como esta violência. Porém indo de encontro a esta educação preventiva, a escola permite que haja a naturalização destas ações ao não dar as informações necessárias, permite que a não percepção desta violência ocorra entre os adolescentes que não a percebem de forma direta no seu cotidiano, mesmo que estes reproduzam valores hierárquicos entre os gêneros eles não têm a percepção das consequências de suas ações para com outros indivíduos.

Verificou-se [...], que a questão da mulher não se constituía num problema a ser tratado efetivamente na escola, talvez por, “aparentemente”, ser a escola o local onde todos são iguais e têm direitos iguais, ou seja, por se ter aquela falsa ideia de neutralidade da escola que, a nosso ver, não condiz com o ideal de cidadania que se aspira para a sociedade democrática. Para que esta se efetive, a escola deve trabalhar com os direitos da pessoa humana. Esta pode ser diferente, ter características e necessidades diferentes, mas nem por isto deixará de ser cidadã

ou ser impedida de exercera cidadania. É preciso refletir na escola que a mulher não se libertará imitando o homem, antes lutando a seu lado, sem deixar de ser feminina, mas senhora de seu destino e de seu corpo. (BRABO, 2015:269).

É possível notar que nesta pesquisa, houve a identificação de que a discussão sobre gênero não era necessário na escola, visto que a instituição educacional não seria o melhor lugar para isso porque neste local tem-se a percepção que ele é um ambiente onde todos possuem os mesmos direitos e garantias de oportunidade, como iguais acessos aos conteúdos e materiais didáticos, os mesmos direitos de se expressar, etc., porém o foco principal de Brabo (2015) é a relação da neutralidade x democracia que ocorre na escola, ou seja, a forma como a escola não se posiciona ou não disponibiliza informações para que os estudantes possam desenvolver um senso crítico, indo de encontro com o viés democrático que busca garantir a cidadania aos indivíduos. Assim, ao não informar os alunos sobre a violência simbólica contra a mulher a instituição escolar educacional permite que possa ocorrer a não identificação desta violência, gerando ocasionalmente a sua não percepção direta.

Como podemos observar as relações de gênero e violências são comumente ações que se desenvolvem no ambiente escolar, prova disto são nossas próprias experiências nesta instituição, onde costumávamos visualizar diariamente diversas formas de violência: física (com agressões, brigas), psicológicas (ameaças, intimidação), inclusive simbólicas, como no caso da exclusão em que meninos, mas principalmente meninas – porque dificilmente um garoto deixaria de se brincar com seus amigos para se envolver em brincadeiras ditas femininas -, pois elas não poderiam desenvolver atividades como a dos meninos, por exemplo, jogar futebol, onde elas eram excluídas dos grupos que praticavam este esporte sendo relegadas a realizarem outras atividades físicas como handball, vôlei, entre outros, processos totalmente naturalizados pela neutralidade da escola nestes casos. Indo ao encontro desta discussão encontraremos um trabalho pedagógico que não aborda violências:

A política social não trata a prevenção das violências como uma questão educacional, desde a infância, reconhecendo a via de mão dupla entre violência social/cultural e violência escolar. Por sua vez, a política educacional e curricular não trata a prevenção da violência escolar como questão pedagógica, mesmo quando manifestações de violência afetam o trabalho docente e as condições para conviver e aprender em paz e segurança nas escolas (BRABO, 2015, p. 225).

Embora todos os casos diários em que visualizamos violências escolares, como atritos entre alunos e alunos contra professores, chegando a casos extremos de homicídios e ameaças contra a vida, a própria instituição pouco faz para combater tais atos, pois ela não se preocupa em introduzir em seu currículo normal assuntos que sejam polêmicos por algum motivo, seja para evitar discussões ou embates, seja por causa do medo de represálias por parte de alunos ou familiares deste. Se no momento em que ocorrem casos graves de crimes cometidos dentro da escola ela opta em não se discutir o assunto, ou ao menos introduzir o assunto a seus estudantes, quem dirá discutir a violência simbólica contra a mulher, que inclusive são naturalizados e reproduzidos pelos próprios professores quando punem de forma diferente os alunos dependendo de seu gênero, e não de suas atitudes.

A violência simbólica contra a mulher assim encontra uma base para que não seja percebida entre os adolescentes, e nem que haja a sua percepção, pois passa por um processo de naturalização a partir das violências ocorridas na escola, embora a hierarquia entre os sexos esteja a vista pela forma como ocorre as punições, os estudantes não o percebem desta forma, mas as veem como naturais.

A fim de responder a pergunta de pesquisa “Como os adolescentes percebem a violência simbólica contra a mulher nas mídias comerciais?”, foram elaboradas duas hipóteses, porém neste capítulo está sendo abordada apenas a primeira, sendo ela: “A naturalização da violência simbólica contra as mulheres nas relações sociais cotidianas”. A partir desta hipótese estamos discutindo o primeiro fator: a não identificação da violência simbólica contra a mulher no cotidiano dos adolescentes, que possui dois elementos constitutivos que surgem para explicá-lo: a) a legitimação da dominação masculina e b) sexualidade da mulher e c) Instituição social educacional. Iremos agora sintetizar a discussão destes elementos para identificar os aspectos que o formam e que reforçam a não identificação da violência simbólica pelos adolescentes. A fim de sintetizar os aspectos, utilizaremos o seguinte quadro síntese:

Elementos constitutivos	Aspectos
Legitimação da dominação masculina	1. Princípio da inferioridade feminina; 2. Oposição entre os gêneros;
Sexualidade da mulher	1. Imposição de uma sexualidade feminina; 2. Instinto natural;

Instituição social escolar	1 Escola como reprodutora de violências.
----------------------------	--

O primeiro elemento constitutivo: legitimação da dominação masculina possui dois aspectos:

1. O princípio da inferioridade feminina - que evidencia a naturalização através de três sub-aspectos: A) A inferioridade da mulher: este relaciona com a naturalização da violência simbólica pela forma sutil e silenciosa em que se desenvolve na subjetividade dos indivíduos que muitas vezes não tem a percepção de que a estão reproduzindo para outros sujeitos esta violência; B) violência simbólica contra a mulher: este se conecta com a naturalização pela sua característica invisível que se expressa, pois diferente de outras formas de violência como a física, a simbólica não deixa marca visíveis em suas vítimas, dificultando a sua percepção e por sua vez quem é alvo ela e C) familiarização da subjetividade com a realidade aparente: este se liga a naturalização no momento em que ocorre da subjetividade do sujeito possuir uma ideia ou pensamento a respeito de algo e este pensamento se concretizar no mundo real, como no caso de um adolescente homem em sua mente pensar que é superior a mulher, ou ainda ter isto em seu subconsciente, e observar em casa o seu pai mandando em sua mãe, ou seja, para ele é o homem quem domina e a mulher é quem se subordina, pois esta é a sua realidade.
2. Oposição entre os gêneros - que evidencia a naturalização através de dois sub-aspectos: A) masculino e feminino enquanto opostos: esta hierarquia de poder que conecta com a naturalização, pois ele permite que ocorra dos gêneros estarem um polos diferentes em uma verticalidade, ou seja, o homem no topo e a mulher abaixo, pois há a valorização do masculino enquanto ocorre a desvalorização de tudo que é feminino como se este fosse inferior, pautando-se na exploração da mulher para que o poder dos homens possa continuar a ser exercido; B) sexismo na linguagem: este se conecta a naturalização através do modo como ele é usado sem que haja a percepção dos dialetos que são utilizados, demonstrando como a sutileza da violência simbólica contra a mulher pode perpassar até mesmo formas de linguagens que aparentemente são usadas a todo momento, porém que são carregadas de desigualdades.

O segundo elemento constitutivo: sexualidade da mulher possui dois aspectos:

1. Imposição de uma sexualidade feminina - que evidencia a naturalização através de três sub-aspectos: A) A imposição de uma sexualidade binária: este se conecta com a naturalização através da forma comum em que ocorre esta relação, ou seja, a

“normalidade” que as crianças são alvos de sonhos como o casamento (para meninas) e o mundo para o menino, e assim independente de um futuro desejo, a criança recebe o valor de futura mulher ou futuro homem dependendo do sexo ao qual nasceu, não havendo outra sexualidade a seguir; B) exclusão social mediante transgressão de sua sexualidade heterossexual: este se liga a naturalização no momento em que ocorre justamente este afastamento do individuo apenas por ele ter transgredido algo que a própria família impôs a ela, demonstrando como o conservadorismo pode ser um elemento fundamental neste contexto porque é ele quem nega o afloramento sexual feminino para com outras mulheres; C) hipersexualização: esta relação se conecta a naturalização quando ocorrem casos de abusos sexuais, quando a mulher é usada apenas como objeto sexual físico e simbólico ou ainda quando tem seu corpo controlado por homens para que estes façam com ele o que desejarem.

2. Instinto natural - que evidencia a naturalização através de dois sub-aspectos: A) instinto sexual: este se conecta a naturalização quando é usado por alguns sujeitos como desculpa ou argumento para justificar a opressão que as mulheres sofrem para gerar filhos, cuidar e ter amor por eles ou ainda servir ao homem; B) direitos reprodutivos: a naturalização se expressa neste aspecto quando ocorre justamente o controle do corpo da mulher como mencionado anteriormente, onde a mulher não tem sequer o direito de escolher se terá filhos ou não, pois a sociedade impõe isto a ela, e ainda mais, a obriga a amá-lo, não sendo aceito socialmente o abandono e o aborto, que expressam esta naturalização.

O terceiro elemento: instituição social educacional possui um aspecto:

1. A escola enquanto reprodutora de violências - que evidencia a naturalização através de três sub-aspectos: A) a não necessidade da discussão em seu currículo e portanto, não a enfrentando: este se conecta a naturalização quando ocorre este processo de imparcialidade da escola em não querer discutir este assunto em seu currículo, ou seja, a neutralidade da escola cria esta naturalidade que a violência simbólica contra a mulher possui.; B) ambiente violento: isto não é de estranheza, pois a partir de nossas próprias experiências escolares tivemos a oportunidade de presenciar atos violentos cotidianamente, inclusive simbólicos, e a naturalização ocorre neste processo através da indiferença com os casos de agressões físicas ou não, garantindo que a violência simbólica contra a mulher seja apenas mais ação que sofre com a indiferença tanto de alunos, como dos próprios professores; C) o trabalho pedagógico

que não aborda violências: este se conecta com a banalização pelo processo de negar o acesso a informação a assuntos relevantes para os adolescentes por parte do trabalho pedagógico realizado na escola, seja por medo de represaria ou não.

Portanto, podemos observar que os três elementos constitutivos do primeiro fator da não identificação da violência simbólica permitem que ela se torne uma violência invisível, pois ao longo da discussão percebemos como eles ocultam a forma como ela se manifesta no cotidiano destes adolescentes e como ela se torna naturalizada conforme consta na primeira hipótese. Assim, através do fator da não identificação da violência simbólica contra a mulher no cotidiano dos adolescentes podemos verificar como eles estão envolvidos em relações sociais complexas e que dificultam a sua reflexão crítica a respeito, pois são educados desde a infância dentro de um sistema desigual que prega que homens são os mais fortes, eles tem liberdade de fazer o que quiserem, enquanto as mulheres não desfrutam de tal vantagem, e também o papel escolar dentro deste cenário, principalmente pela indiferença que pratica quando ocorrem casos de violência simbólica contra a mulher, visto que este também é um espaço onde ela ocorre e não é facilmente identificada, mas muito reproduzida, seja ela com a consciência ou de forma inconsciente por seus agentes. Partiremos então para a análise do segundo fator desta hipótese

3. A BANALIZAÇÃO DA MÍDIA COMERCIAL SOBRE A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA A MULHER

Para iniciar esta análise, partiremos do problema de pesquisa “Como os adolescentes percebem a violência simbólica contra a mulher nas mídias comerciais?”, que foi elaborado como base desta pesquisa e que servirá também para guiar o caminho que será percorrido neste trabalho. A fim de responder a este problema, foram elaboradas duas hipóteses, pois é a partir delas e seus elementos constitutivos analisados que permitem uma linha de raciocínio que vai ao encontro do problema de pesquisa. Como a primeira hipótese já foi trabalhada no capítulo anterior, iremos abordar agora a segunda hipótese: “A banalização da mídia comercial da TV e da internet sobre a violência simbólica contra a mulher”, que busca compreender como estes meios de comunicação contribuem para a reprodução de um sistema de opressão simbólico contra as mulheres a partir da transmissão de conteúdos particularmente repletos de estereótipos femininos que perpetuam uma cultura de banalizar uma violência simbólica e que oprime as mulheres a partir da banalização de valores e significados para a sua existência, cabendo ressaltar o determinante papel que a mídia possui nesta relação.

Esta hipótese é composta por um fator central: A mídia potencializa a reprodução de uma cultura machista entre os adolescentes que também reproduzem a violência simbólica, tratando de como a publicidade afeta a subjetividade e conseqüentemente o cotidiano de adolescentes ao aplicarem sobre eles a falsa necessidade de adquirir um produto, e assim, influenciar não apenas o desejo de consumi-los, mas pertencer a um determinado grupo, o que gera que tais formas de violências também sejam algo característico deles. Vale ressaltar que aqui será realizada uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de demonstrar e discutir o fator hipotético que constitui parte deste trabalho.

3.1. REPRODUÇÃO DA CULTURA MACHISTA

O primeiro elemento constitutivo é o patriarcado, ou seja, relações patriarcais são aquelas interações interpessoais em que o homem possui o poder enquanto pai e chefe da família, e resta a mulher enquanto mãe e os filhos lhes obedecer Castells (1997). Partiremos para discutirmos nosso primeiro aspecto: o controle social sobre a mulher. Abordaremos primeiramente sobre o conceito de patriarcado:

O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que tem sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo (CASTELLS, 1997, p. 169).

Como podemos observar, o patriarcado é um sistema que apoia as sociedades enquanto estrutura dominante, pois ele se inseriu nas relações sociais de forma tão intrínseca que tornou-se uma estrutura fundante para as interações interpessoais dos indivíduos, quando por exemplo: o poder de exercer domínio sobre os outros sujeitos é concedido aos homens, seja em âmbito privado (em sua casa com a sua família) ou público (no exercício de autoridade sobre seus(suas) empregados(as) no ambiente de trabalho.

A forma como o patriarcado se caracteriza se encontraria no emprego de uma dominação dos homens que governaria a mulher e seus filhos dentro do ambiente doméstico, ou seja, é o sujeito masculino quem tomaria as decisões, é ele quem possuiria o total controle da casa e é a ele que os demais membros da família deve se dirigir com maior respeito e prudência, como no caso de um pai que chega a sua residência embriagado, bate em sua família e ainda assim nada é feito contra ele, inclusive por medo de sua esposa e filhos, que nesta relação possuem apenas o exercício de um papel de dominados pelo homem.

Para que tais relações patriarcais possam existir, é necessário que elas permeiem todos os âmbitos da sociedade de acordo com Castells (1997), indo desde a família (seu lugar de origem), até o Estado, a questão da produção, instituições privadas, etc., o que garantiria que ele se perpetue como sistema hierárquico de poder que expõe o poder masculino sobre os demais seres humanos, principalmente sobre a mulher, que sempre se encontra numa situação de dominada e assim entende-se enquanto seu papel na sociedade. A partir da premissa que o patriarcado se encontraria em todos os setores sociais, é válido ressaltar que ele também perpassa nas relações interpessoais, ou seja, no convívio e interações entre indivíduos que independe de classe social, etnia ou renda, pois ele é um mecanismo que subjetiva o poder dos homens através da cultura das instituições sociais e que garante a sua permanência e perpetuidade.

Com este cenário, os adolescentes que estão inseridos nele não percebem a reprodução machista que está tão impregnada em sua subjetividade, o expressando através de comentários preconceituosos como “mulher não pode jogar futebol”, “as garotas não podem entrar no nosso grupo porque são frescas”, entre outros comentários, que contribuem para a falsa ideia de que a mulher é o sexo frágil e que é mais fraca que o homem, ou seja, é inferior a ele, onde se encontra a violência simbólica e a sua não percepção, inclusive banalizada pela mídia. Segundo Cisne e Santos (2018):

O controle sobre o corpo e a sexualidade, a opressão e a exploração que o patriarcado desenvolveu e desenvolve sobre a mulher, sob um “modelo” heterossexual obrigatório de naturalização dos sexos, vieram atender a dois interesses. Primeiro, a garantia de controle sobre as(os) filhas(os), o que significava mais força de trabalho e, portanto, mais possibilidade de produção de riqueza. Segundo, ao garantir que a prole seria sua, assegurava-se aos homens a perpetuação da propriedade privada por meio da herança (CISNE; SANTOS, 2018:44).

O patriarcado flui, de acordo com Cisne e Santos (2018), como uma forma de controlar de diversas maneiras não somente a imagem da mulher, ao pensá-la como um sujeito mais fraco e sem poder, mas também ao corpo feminino, através de sua exploração física e mental, abusos, etc., que inclusive mistifica um mundo onde a heterossexualidade se tornaria o padrão a ser seguido pelas mulheres, que comportaria dois objetivos: o primeiro deles é a questão do patriarcado como meio para controlar os(as) filhos(as) para que não somente houvesse a situação de quanto mais filhos, maior será a quantidade de indivíduos que poderão ser usados para obter capital através do seu trabalho, mas também isso significaria que o capital da família iria crescer exponencialmente por causa do grande número da prole; e em segundo é a questão da prole ser utilizada como meio a garantir aos homens a propriedade privada de seus bens através de heranças, onde muitas vezes, historicamente falando, famílias casavam entre os próprios membros para que assim a fortuna não fosse dividida e permanecesse em posse daquele grupo familiar.

Conforme Cisne e Santos (2018) podemos observar que a mulher nesta relação se torna apenas um instrumento para o homem, pois seu único papel a ser desempenhado é o de procriar filhos que também serão usados para obtenção de capital, portanto esta relação de submissão feminina se dá em face aos interesses econômicos masculinos, ou simplesmente pelo desejo de possuir mais capital, objetivando a todo custo aumentar as suas posses, gerando assim que ocorra o detrimento da condição humana da mulher.

Neste sentido o corpo das mulheres passa a ser além de um instrumento de manutenção de capital a partir de sua exploração para gerar filhos, ou no caso, herdeiros, um objeto sexual, quando seu corpo é usado por homens para satisfazer seus desejos sexuais e de poder, que poderá ser utilizado a hora que o seu dominador desejar, além do fato inicial e que gera todas estas relações subsequentemente: o interesse econômico.

Portanto se pode afirmar que a reprodução da cultura machista está presente no cotidiano dos adolescentes sem que seja percebida por eles, pois ao passo em que estes a reproduzem através de comentários com conteúdo repletos de desigualdades, reproduzem também em valores patriarcais banalizados pela mídia como a exaltação do masculino frente à desvalorização feminina, pois o patriarcado transforma o ser feminino em diversas áreas: na subjetividade (ao internalizar pensamentos de submissão e subalternidade), sexual e reprodutiva (ao utilizá-la apenas como um ser que pode gerar herdeiros) e também social (quando nas relações sociais os comportamentos e atitudes geram que as mulheres sofram violências por supostamente serem inferiores aos homens).

Assim partiremos para o segundo aspecto: os limites do enfrentamento ao patriarcado, iniciando com a discussão sobre o estado de conformidade que este sistema possui. De acordo com Bourdieu (2002):

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação, que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão. Porém, por mais exata que seja a correspondência entre as realidades, ou os processos do mundo natural, e os princípios de visão e de divisão que lhes são aplicados, há sempre lugar para uma luta cognitiva a propósito do sentido das coisas e do mundo e particularmente das realidades sexuais (BOURDIEU, 2002, p. 11).

Sendo a principal discussão aqui retratada segundo Bourdieu (2002), como a conformidade com a situação em que se encontram os sujeitos femininos ao serem dominados pelos homens em um sistema patriarcal, tendem a aplicar a sua percepção não como algo imposto por eles ou com valores que manchem a sua imagem enquanto mulher, no caso do sentimento de inferioridade por ser sustentada por seu marido, ocasionando que o sentimento de conformidade ou de submissão aos homens, seja algo recorrente em seu cotidiano.

Vale mencionar o que diz Bourdieu (2002) quando ele se refere a “realidades”, no plural, justamente para identificar que existem mais de uma realidade e que mesmo aquela que é vista ou percebida por um indivíduo, pode ser apenas uma realidade aparente, por exemplo: no caso de violência simbólica contra a mulher ligada ao patriarcado, quando um sujeito feminino se encontra em condição de dependência financeira do marido e este lhe obriga a fazer as tarefas domésticas apenas por ela ser mulher, dizendo que é só para isto que ela presta.

Neste exemplo, a “realidade” que a mulher possui a partir de sua perspectiva é de além da dependência e de violência, o pensamento da culpa disto estar acontecendo ser sua, porém como bem sabemos através da discussão realizada até aqui, o sistema patriarcal é quem permite que condições como esta possam acontecer, pois são recorrentes dentro de uma sociedade patriarcal, garantindo assim que ocorra também a reprodução de uma cultura machista no cotidiano de adolescentes que o manifestam através de comentários repletos de desigualdades entre os gêneros, que buscam inferiorizar a mulher, relação esta banalizada pela mídia. Atualmente, a família patriarcal vem sendo uma pauta de discussões cuja consequência é a sua contestação. Segundo Castells (1997):

Costumo argumentar que muitas lutas urbanas, antigas e contemporâneas, foram, na realidade, movimentos feministas envolvendo as necessidades e a administração da vida diária. A história do feminismo como tal é antiga, como bem exemplificado pelo movimento sufragista nos Estados Unidos. Tenho, porém, de admitir que foi apenas nos últimos 25 anos que observamos uma insurreição maciça e global das mulheres contra sua opressão, embora com diferente intencionalidade dependendo da cultura e do país (CASTELLS, 1997, p. 170).

Conforme é possível perceber em Castells (1997), foi graças ao movimento feminista, que engajado no enfrentamento as mazelas sofridas pelas mulheres, como os mais diversos tipos de violências, dentre elas a simbólica, foi possível conquistar alguns direitos que historicamente as mulheres jamais tiveram, como o direito ao voto conforme adquirido pelo movimento sufragista nos EUA, que permitiu pela primeira vez na história que mulheres possuíssem o direito de escolher quem gostaria que governasse a sua nação, sendo este um marco para o início de uma efervescência no âmbito da busca por direitos que jamais foram desenvolvidos pelo público feminino.

Portanto, cabe ressaltar a pequena parte da história em que as mulheres deixaram, mesmo que de forma mínima, de ser apenas exploradas pelos homens, embora ainda

sejam atualmente, mas a luta que as feministas proporcionam permite que haja um embate de ideologias, onde são contestados os lados opostos em que se encontram os gêneros: de um lado, e no topo do poder, estão os homens que reafirmam diariamente sua suposta condição de superioridade ao reproduzirem o machismo a partir do controle dos corpos femininos, e de outro lado estão as mulheres, onde um grupo busca diariamente enfrentar as desigualdades as quais estão expostas como o próprio machismo.

Porém vale ressaltar que ambos (homens e mulheres) estão envolvidos em esquemas de relações machistas e que ambos podem desenvolver tais comportamentos, o que gera que adolescentes passem a reproduzi-los no seu dia a dia nos ambientes em que interagem, muito graças a influencia da banalização realizada pela mídia. Teremos agora a discussão sobre a contestação do patriarcalismo:

A família patriarcal base fundamental do patriarcalismo, vem sendo contextada neste fim de milênio pelos processos inseparáveis de transformação do trabalho feminino e da conscientização da mulher. [...] A incorporação maciça da mulher na força de trabalho remunerado aumentou o seu poder de barganha vis-à-vis o homem, abalando a legitimidade da dominação deste em sua condição de provedor da família (CASTELLS, 1997, p. 170).

Esta contestação que o patriarcado, mais especificamente a família patriarcal, ou seja, as condições familiares em que se estrutura e se divide os papéis entre os membros com a supremacia masculina, vem ocorrendo a partir da conscientização de mulheres sobre a sua condição não apenas de si mesmas, mas também de outras mulheres a partir de sua situação enquanto submissa a homens dentro de suas próprias casas. Todo este processo de conscientização e adentramento no mercado de trabalho possibilita que as mulheres possam usufruir de um poder que historicamente foi concedidos aos homens: o de sustentar-se por si mesmas sem a necessidade de um provedor direto, ou seja, ao exercer funções remuneradas o público feminino passa de um sujeito submisso e dependente para um individuo autônomo e que não depende mais de seu marido para sobreviver.

Assim o sistema de família patriarcal começa a passar por um processo de desmistificação e transformação se compararmos o atual momento em que vivemos com algumas décadas, centenas e milhares de anos atrás. Porém mesmo havendo todas estas atuais mudanças no quesito enfrentamento, o patriarcalismo ainda é um sistema marcante na vida dos adolescentes que reproduzem o machismo no seu cotidiano

através de comportamentos que tendem a serem desiguais perante os gêneros, como em piadas de que as meninas são fracas, exageradas ou histéricas, buscando estereotipá-las de dramáticas e as excluindo de seu círculo de amizade, valores estes reproduzidos pela mídia que banaliza esta relação.

Assim podemos concluir que a reprodução da cultura machista se afirma através do patriarcado, sendo ele uma das formas do machismo se impregnar nas relações sociais e transformá-las em interações naturais e comuns, além de serem banalizadas por uma mídia que a utiliza da forma que desejar. A fim de demonstrar nossa Hipótese 2 “A banalização da mídia comercial da TV e da internet sobre a violência simbólica contra a mulher”, iremos utilizar o seguinte quadro síntese:

Elemento constitutivo	Aspectos
Patriarcalismo	<ol style="list-style-type: none"> 1. O controle social sobre a mulher 2. Os limites do enfrentamento ao patriarcado

A fim de responder a pergunta de pesquisa “Como os adolescentes percebem a violência simbólica contra a mulher nas mídias comerciais?”, foram elaboradas duas hipóteses, porém neste capítulo está sendo abordada apenas a segunda, sendo ela: “A banalização da mídia comercial da TV e da internet sobre a violência simbólica contra a mulher”, A partir desta hipótese estamos discutindo o fator central: A mídia potencializa a reprodução de uma cultura machista entre os adolescentes que também reproduzem a violência simbólica, que possui dois elementos constitutivos que surgem para explicá-lo, porém agora será sintetizado apenas o primeiro: a) O patriarcalismo. Iremos agora sintetizar a discussão deste elemento para identificar os dois aspectos que o formam e que reforçam a reprodução da cultura machista, são eles:

1. O controle social sobre a mulher - que evidencia a banalização através de dois sub-aspectos:

A) o conceito de patriarcado: a partir deste conceito podemos evidenciar que uma das formas dele se expressar é a partir do machismo, sendo inclusive a sua gênese, fato social tão presente em nossa sociedade, em especial aqui discutido na mídia, e que contribui para que adolescentes o reproduzam por estarem inseridos nesta lógica desigual e que valorizam o masculino em detrimento do feminino, ou seja, tudo que é

ligado ao masculino ganha valores e exaltação, de poder e controle, enquanto àquele indivíduo feminino lhe é agregado valores de submissão ao homem, devendo servir a ele a todo momento, jamais se rebelando contra isso, pois a própria sociedade sobra este comportamento das mulheres;

B) o controle social da mulher: esta é uma das formas que o machismo encontra para se expressar, onde principalmente em períodos históricos anteriores ao nosso a mulher era utilizada apenas como um instrumento que servia para os homens alcançarem maiores riquezas a partir de sua prole, porém atualmente ainda há resquícios desta relação, mas com formas diferentes de se expressar no cotidiano de adolescentes onde é comum a eles a ideia da subordinação feminina, expressa através de piadas e comentários que contribuem para a reprodução de uma cultura machista, ações muito presentes na mídia contemporânea que é banalizada, além de contribuir para que o controle social sobre o feminino ocorra sem questionamentos ou ressalvas.

2. Os limites do enfrentamento ao patriarcado - que evidencia a banalização através de três sub-aspectos:

A) um estado de conformidade: uma das consequências que a cultura machista impõe simbolicamente através da banalização da mídia é um estado de conformidade com as condições sociais dos gêneros, ou seja, no cotidiano de adolescentes caso ocorra um ato de machismo, este fenômeno é visto de forma comum, não exaltando aqueles que observam e nem causando a indignação necessária para tal ato, pois estes estão conformados que a mulher seja supostamente inferior ao homem e que não há nada que se possa fazer para evitar isto, cabendo apenas aceitar esta “inevitável” situação sem contestá-la ou cobrar posturas contrárias a ela, como podemos observar no ditado popular “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, frase muito citada e que evidencia no cotidiano como a situação de violência é ignorada pela população, havendo poucos casos de denúncias contra agressores justamente pela conformidade em que os indivíduos estão inseridos;

B) a contestação do patriarcalismo: ao analisarmos a história humana desde a sua gênese, é possível observar o papel secundário que as mulheres tiveram ao longo dos séculos como podemos observar em filmes ou documentários que retratam épocas anteriores a nossa, embora nas últimas décadas tenha havido um despertar feminino para que esta situação histórica seja mudada para que elas possam conquistar espaços que historicamente foram ocupados por homens, como a chefia de casas sendo a sua mantenedora, posições políticas como o exemplo da ex presidente do Brasil Dilma

Rousseff, e espaços ocupacionais em cargos de gerencia como em escritórios, etc. Porém esta consciência feminina enfrenta a forte ofensiva que o machismo impõe a elas, e os adolescentes neste cenário veem não apenas as lutas femininas, mas as próprias mulheres como algo inferior, ideia esta presente na mídia através de sua banalização, o que gera a própria reprodução da cultura machista em seu cotidiano, mesmo que de forma inconsciente porque estão inseridos dentro desta relação;

C) a dificuldade dos movimentos sociais feministas contra o patriarcado: a forma como o machismo está impregnado na sociedade é tão grande e é tão banalizado pela mídia através de suas propagandas com conteúdos abarrotados de estereótipos, que por mais lutas e conquistas almejadas e adquiridas, ainda falta um longo caminho para que ele seja erradicado, ou pelo menos seu vigor seja diminuído. Os adolescentes neste caso passam a reproduzir não apenas a cultura machista de forma direta (com apelidos, piadas, comentários), mas também de forma indireta e inconsciente, caracterizando um descaso e uma indiferença para tais lutas, pois dentro de um sistema patriarcal os sujeitos (a partir de sua subjetividade moldada pelo sistema) tendem a não se rebelarem pelo medo de sofrer sanções pela sociedade, como ocorre contra o movimento feminista que sofre grandes críticas pelas lutas que buscam alcançar, retratando a sociedade patriarcal e que contribui para a reprodução da cultura machista no seu cotidiano.

Portanto a partir destes dois aspectos, podemos demonstrar como a reprodução machista dentro da mídia influencia diretamente o convívio entre os adolescentes que estão inseridos nesta relação, pois ao banalizar tal relação a mídia proporciona que estes tenham posturas e comportamentos que venham a ser machistas mesmo que não de forma direta, como o próprio pensamento de superioridade de meninos e de inferioridade de meninas, expressos através da forma como interagem e de como se posicionam em relação a determinado acontecimento ou fato ocorrido socialmente, evidenciando como a cultura machista contribui para a forma como estes adolescentes percebem ou não a violência simbólica contra a mulher. Partiremos agora para o próximo elemento constitutivo.

O segundo elemento constitutivo que surge para explicar o fator é a imposição social de estereótipos masculinos e femininos, ou seja, o ato de dar algum valor para ambos os gêneros a fim de elencar papéis determinados, como mulher enquanto o sexo frágil e o homem como um sujeito forte e viril. A mídia reforça tais estereótipos segundo Bittencourt e Barros (2016), em suas propagandas quando, por exemplo: utiliza a imagem da mulher para transmitir uma mensagem de submissão ao homem,

como em diversos casos onde esta é apresentada apenas como uma dona de casa, sendo a serviçal de seu marido, sendo relegada a ela apenas trabalhos aparentemente inferiores, pois socialmente seu trabalho tende a ser desvalorizado frente ao do homem, e a mídia ao aproveitar-se disto através de suas propagandas que contribuem para o processo de banalizar uma violência simbólica ao passo em que a reproduz nos seus discursos.

O primeiro aspecto que será abordado é o processo de socialização infantil de ambos os gêneros e a sua relação com a construção de estereótipos e como estes enfrentam diariamente no seu cotidiano, onde constam dois elementos que o constituem: relações de gênero e relações de poder.

As relações de gênero e poder nos processos de socialização de crianças e adolescentes são repletas de estratégias para o controle corporal que demarca as fronteiras entre feminino e masculino. Práticas como a formação de grupos de acordo com o sexo estabelecem disputas que reforçam as separações entre meninos e meninas. O homem está voltado para o mundo externo, enquanto a mulher para o interno, intensificando a questão de poder entre dominador e dominado. Em termos de sexualidade ainda encontra-se mitos e estruturas que contribuem para a existência de tais contextos. Com o passar dos tempos, presentes em inúmeras culturas, as mulheres desde meninas são educadas a atenderem às necessidades dos homens, inclusive sexualmente, negando comumente as suas (BITTENCOURT; BARROS, 2016: 9).

O primeiro remete a questão da atribuição de papéis que socialmente são aceitos segundo Bittencourt e Barros (2016), mas que em sua essência escondem características de uma conjuntura discriminatória, que permite diversos tipos de violências sejam físicas ou ainda simbólicas. Já a questão de relações de poder, conforme menciona Bittencourt e Barros (2016) remete a questão dos privilégios que são disponibilizados para os gêneros, a fim de reafirmar um suposto poder que é exercido pelos homens, como o de sentirem-se superiores as mulheres, não sendo esta a realidade ou ao menos, a essência dela.

Desde pequenos, meninos e meninas são educados a conviverem apenas com indivíduos que compartilhem o mesmo gênero que o seu, ou seja, é comum observarmos grupos de meninos sem a presença de meninas e vice-versa, o que contribui para a separação entre ambos e que futuramente terá implicações na forma como estes irão se relacionar ou pensar a respeito do gênero oposto, segundo Bittencourt e Barros (2016).

Enquanto garotos são criados para se tornarem aventureiros, e meninas para serem “boas donas de casa”, estas relações fazem com que haja a manutenção de uma relação entre dominados e dominantes no momento que reforça a ideia de sexuar os lugares, ou seja, “isto é lugar de mulher” ou “isto é lugar de homem”, onde os envolvidos diretamente e que são as vítimas (as crianças) não possuem os meios necessários para contestar tais imposições, pois não dispõem de maturidade para discernir ou opor-se a elas. Indo ao encontro de nossa discussão traremos um demonstrativo de como a mídia banaliza a violência simbólica contra a mulher no momento em que reforça o processo de socialização e assim amplifica a competitividade entre os adolescentes: quando esta anuncia produtos como bonecas para meninas onde somente aparecem as próprias meninas brincando e se divertindo, enquanto comerciais de carros e armas geralmente são observados apenas a presença de meninos, sem a interação entre ambos, ou seja, da mesma forma que há a sexuação dos ambientes no mundo concreto, há a sexuação de brinquedos e brincadeiras em propagandas para crianças, o que vai ao encontro do que socialmente se teria uma realidade, porém que oculta a essência deste processo: uma sociedade desigual e uma mídia que a banaliza. Bittencourt e Barros (2016) colocam que:

Os papéis de gênero começam a serem construídos desde antes do nascimento de cada pessoa. Ao descobrir a gravidez já se cria a expectativa de se saber o sexo para se preparar o enxoval. Dessa forma, cor de rosa para as meninas e azul para os meninos. A partir desse momento a sociedade passa a criar expectativas para esse bebê que ainda não nasceu demarcando e reafirmando características baseadas nos seus genitais. Estas características são aprendidas na família, na escola, na instituição religiosa, no grupo de amigos, nos meios de comunicação. A partir dos diferentes valores atribuídos ao que é masculino e ao que é feminino surgem também um acesso desigual ao poder e aos recursos, o que hierarquiza as relações entre homens e mulheres. Assim, as mulheres passaram a ser consideradas como passivas. Isto lhes atribuiu qualidades como paciência, fragilidade, emoção, enquanto as qualidades ativas como agressividade, força, dinamismo, que caracterizam o masculino (BITTENCOURT; BARROS, 2016: 7/8).

Assim, a questão do nascimento e suas implicações atribuem valores que são aplicados a ele dependendo de qual for o sexo biológico da criança, com a mídia contribuindo para o agregamento destes valores, além do fato de contribuir para a criação de expectativas (por parte de toda a sociedade) para o futuro do bebê, não apenas pela parte dos pais, onde dependendo do sexo da criança, seu futuro já estará simbolicamente determinado, por exemplo: em desenhos ou propagandas de brinquedos é comum vermos bonecas sendo oferecidas para meninas e carrinhos para os meninos. Ao divulgar tais conteúdos a mídia permite que a ideologia da separação

dos gêneros ocorra, fazendo com que a menina seja alvo de expectativas do casamento e maternidade enquanto o menino, de ser corajoso e aventureiro, pensamentos estes reproduzidos pelos âmbitos sociais como na família, na escola, e inclusive pela mídia.

Antes mesmo de nascer, as crianças já são alvos de valores que determinarão o seu gênero e, conseqüentemente, os papéis que ela será criada para exercer. A mídia entra neste processo ao utilizar desta premissa em seus discursos comerciais: “compre esta roupa para seu(sua) filho(a)”, “decore o quarto de seu bebê com azul ou rosa”, entre outras formas de induzir o público a reproduzir valores para ambos os gêneros, sendo as cores uma expressão carregada de significados, onde o rosa pertence exclusivamente a menina, e o azul ao menino, muito visto não apenas em nosso cotidiano mas também ideia trazida pela mídia em suas propagandas.

Com estas construções sociais a forma como cada gênero acessará um poder de forma diferente, ou seja, ao menino desfrutará do topo da hierarquia de poder, pois possuirá vantagens sobre a menina, como a liberdade de escolher ser o que deseja, ou simplesmente, ter a liberdade de escolha para seu futuro, enquanto a menina, relegada a sombra masculina, não necessariamente possui um poder, pois para ela resta apenas o ambiente doméstico, os afazeres da casa, muito comum de ser observado na mídia onde crianças possuem papeis distintos dependendo do gênero que possuem, principalmente em séries ou desenhos infantis (que possuem inclusive brinquedos que reproduzem tal violência simbólica) que também introjetam pensamentos que serão seguidos principalmente na forma como as crianças serão educadas, impondo uma cultura hierarquizada ao conceder poder aos meninos enquanto as meninas resta apenas comportamentos dóceis e que transmitam fragilidade, qualidades socialmente esperadas de uma futura mulher, mas que escondem por de trás disto uma cultura repleta de simbolismos, garantindo assim que o aspecto do processo de socialização infantil possibilite que haja a banalização da violência simbólica contra a mulher pela mídia ao contribuir para este processo.

Abordaremos agora o segundo aspecto: a publicidade mediática. Para esta discussão utilizaremos Bittencourt e Barros (2016) que afirmam:

As diferenciações na publicidade seguem as diferenciações relacionadas às representações seguem normas que refletem as diferenças das relações de gênero e ajudam a reforçá-las. Assim, aos meninos são reservados os estereótipos com status de heróis, capazes de enfrentar perigos, utilizando-se de coragem, força e astúcia. Desta forma compara-se à imagem do homem tradicional: protetor, provedor e responsável economicamente pelo lar. Sua masculinidade é padronizada, destituída

de sentimentos como medo, angústia e fraqueza (BITTENCOURT; BARROS, 2016: 9/10).

A publicidade é algo maleável, ou seja, pode se transformar e se moldar de acordo com as atuais regras em que a sociedade está vivendo e ainda as reafirma como supostas verdades, como por exemplo as do próprio machismo, isso quer dizer que a publicidade irá se adequar conforme a faixa etária que deseja ser seu consumidor está composta, um exemplo disto é como atualmente a questão material, ou seja, as posses são aspectos tão valorizados pelos adolescentes, e a mídia comercial faz questão de anunciar produtos que representam um determinado segmento dependendo de sua marca, o que reforça inclusive estereótipos como o de carros para os homens, o que socialmente é afirmado pelo senso comum que este tipo de veículo chama a atenção de mulheres.

A partir desta relação publicidade e estereótipo, podemos observar a hipótese proposta com a ocorrência de uma banalização da violência simbólica contra a mulher, pois a mídia comercial insiste em reproduzir conteúdos que reforçam valores conservadores e preconceituosos a homens e mulheres, sendo respectivamente aos primeiros significados de força, virilidade, inteligência, e aos segundos apenas atitudes simplistas, delicadas e fracas, pois supostamente uma mulher deve exercer tais comportamentos na sociedade. Vale ressaltar que estes comportamentos não são originados na mídia, mas sim nas relações sociais, o que ocorre é a apreensão destes valores pela mídia e a sua utilização para anunciar mercadorias através de suas propagandas carregadas e estereótipos comportamentais e simbólicos, acarretando que o machismo presente na sociedade exerça poder também na mídia comercial. Bittencourt e Barros (2016) ainda dirão que:

A partir da leitura inicial da revisão bibliográfica necessária para a análise do tema já podemos sinalizar que existe uma relação intrínseca entre violência (mesmo que seja simbólica), gênero e a mídia, a partir do olhar sobre a publicidade voltada para crianças e adolescentes. Cabe ressaltar que, este olhar tem como foco principal a percepção de como a utilização de identidades e representações ligadas às construções do que é feminino e do que é masculino reproduzem através de estereótipos as violências simbólicas presentes em nossa sociedade. Portanto, cabe considerar que a publicidade de comerciais de televisão dirigida à criança e ao adolescente tem um papel vital na formação de conceitos, valores e atitudes voltados para o consumismo e para suas relações sociais (BITTENCOURT; BARROS, 2016: 13/14).

Partimos agora para a relação violência, gênero e mídia com o foco nos estereótipos onde podemos observar através das devidas bases bibliográficas - que

dependerá do viés em que se deseja analisar tal relação -, que pauta-se na forma como a publicidade para crianças e adolescentes é transmitida para este público.

Tal constatação baseia-se na forma como simbolicamente são disseminadas ideologias que ditam o que supostamente é ser masculino e feminino, ou seja, a forma como são transmitidas identidades e valores para os gêneros enquanto ainda estão em fase de crescimento e desenvolvimento social, o que garante que estereótipos sejam utilizados como meio de emitir condicionantes não apenas sexuais (como modos de comportamento), mas também simbólicos (com atribuições de papéis determinados para cada sexo), ocasionando assim que a infância e a adolescência seja o alvo de grande parte da carga social que sustenta a sociedade desigual em que vivemos, pois é nela em que os valores são atribuídos e internalizados, e é neste cenário que a mídia entra como banalizadora, pois trás estes valores de forma comum aos olhos de seus espectadores através de uma publicidade midiaticizada e sem nenhuma criticidade sobre eles.

Este processo pode gerar que os indivíduos apenas reproduzam tais valores como normais, afinal, eles são transmitidos diariamente e a todo momento tanto na mídia televisiva como na virtual, possibilitando assim a manutenção do sistema machista e desigual entre os gêneros, expresso pelos adolescentes mesmo que de forma não perceptiva por eles, pois estão internalizados valores em sua subjetividade que são capazes de reproduzi-los inconscientemente perante as interações sociais aos quais possuem. Para sintetizar os aspectos discutidos até o momento será utilizado o quadro síntese a seguir contendo as duas discussões realizadas até aqui:

Elemento constitutive	Aspectos
Estereótipos masculinos e femininos	1. Processo de socialização infantil 2. A publicidade midiática

A fim de responder a pergunta de pesquisa “Como os adolescentes percebem a violência simbólica contra a mulher nas mídias comerciais?”, foram elaboradas duas hipóteses, porém neste capítulo está sendo abordada apenas a segunda, sendo ela: “A banalização da mídia comercial da TV e da internet sobre a violência simbólica contra a mulher” A partir desta hipótese estamos discutindo o fator central: A mídia potencializa a reprodução de uma cultura machista entre os adolescentes que também reproduzem a

violência simbólica que possui um elemento constitutivo que surge para explicá-lo: a) Os estereótipos masculinos e femininos. Iremos agora sintetizar a discussão deste elemento para identificar os dois aspectos que o formam e que reforçam competitividade entre os adolescentes, são eles:

1. Processo de socialização infantil – que evidencia a banalização através de dois sub-aspectos:

A) a educação infantil: este se conecta a banalização porque ela contribui para a formação social dos sujeitos enquanto ainda estão em fase de crescimento porque ela coopera para o controle dos corpos destes sujeitos, mais especificadamente na infância, onde a mídia produz e reproduz conteúdos repletos de desigualdades entre os gêneros colaborando para a atribuição do que é ser menino e menina, ou seja, comumente vemos em comerciais onde meninos brincam com determinados brinquedos como carros, bolas e armas, dando a entender o um espírito aventureiro e livre enquanto meninas brincam de casinha, bonecas e de cozinhar, influenciando em como esta deve se comportar em casa, ou seja, ela pertence a este espaço e deve desenvolver atividades domésticas, demonstrando como a mídia banaliza tal comportamento para seus espectadores e cooperando para:

B) o nascimento e suas implicações: a ligação deste com a banalização da mídia se encontra em como ela propicia para recém-nascidos estereótipos de gênero fortalecendo conceitos socialmente aceitos como no caso das cores azul para meninos e rosa para meninas, inclusive contribuindo para a antecipação do futuro da criança, ou seja, influenciar os familiares a decidir o futuro da criança antes mesmo dela vir ao mundo através de expectativas sobre como ela será futuramente, seja o casamento e os afazeres domésticos para as meninas e o trabalho e chefia da casa para os meninos, ou ainda a própria postura destes indivíduos pela forma como serão educados, onde tem-se o aprendizado de posturas fortes e viris ensinadas a garotos como forma de torná-lo robusto e atraente, enquanto para as garotas lhes será ensinado posturas mais amigáveis e tranquilas, sem agressividade e aquelas que devem tomar conta de seus irmãos, atitude simbolicamente ligada aos cuidados com filhos no futuro.

2. A publicidade midiática – que evidencia a banalização através de dois sub-aspectos:

A) a relação publicidade e estereótipo: a conexão deste com a banalização da mídia se encontra em como a mídia utiliza estereótipos dos gêneros em suas propagandas, reforçando características que socialmente se esperam de um homem como a

masculinidade, virilidade e vigor, enquanto as mulheres devem possuir atitudes meigas e de carências masculinas para sobreviver ou serem salvas, como no caso de desenhos infantis como a Bela Adormecida que necessita de um príncipe para acordá-la, a Rapunzel que também precisa de príncipe para salvá-la, entre outros casos onde a mídia influencia esta dependência feminina para com os homens, não sendo permitido transgredir tais comportamentos porque são vistos como comuns não apenas no mundo real, mas também na mídia, pois esta os banaliza ao reproduzi-los: B) a relação violência, gênero e mídia: a banalização entra neste cenário quando a mídia utiliza da própria violência como forma de anunciar produtos a fim de serem adquiridos pela população, um exemplo disto é usar a imagem da mulher enquanto submissa ao homem em propagandas para chamar a atenção de um determinado público. Dentre essas formas de violências banalizadas pela mídia estamos focando na simbólica contra a mulher, mistificando comportamentos enquanto corretos e a partir deles ela contribui para moldar personalidades e atitudes pela forma comum que suas propagandas tratam de assuntos simbólicos como a desigualdade de poder entre os sexos, proporcionando que esta apenas se perpetue e continue a produzir ainda mais este tipo de violência.

Portanto, para finalizar o elemento constitutivo de estereótipos masculinos e femininos conforme o quadro síntese acima demonstraremos como a mídia comercial impacta o cotidiano das relações sociais ao mesmo tempo em que contribui para a sua sustentação enquanto relação desproporcional para os gêneros, em específico para as mulheres que são as maiores vítimas de opressão a partir deste sistema que as desvaloriza, e a tudo que é ligado ao feminino, justamente por ser um sistema machista. Assim a hipótese de que a mídia comercial banaliza a violência simbólica contra a mulher se torna visível a partir dos elementos constitutivos da reprodução de uma cultura machista e dos estereótipos masculinos e femininos, demonstrando a partir de aspectos trabalhados como ocorrem tais banalizações e como isso afeta diretamente a construção social dos gêneros a partir da propagação de comerciais ricas em conteúdos estereotipados e que contribuem para realizar a manutenção do que socialmente é considerado “normal” e que transformam preconceitos como não permitir que mulheres realizem ou participem de grupos onde apenas homens os integram, gerando exclusão apenas por ela ser mulher, e portanto, na visão do senso comum, inferior ao resto dos indivíduos, caracterizando uma violência simbólica e que passa a ser imperceptível para quem não a analisa através de um viés crítico.

4. CONHECENDO A REALIDADE: METODO E ANALISE

Para darmos início ao nosso quarto capítulo, iremos introduzir nosso discurso abordando os elementos que serão aqui discutidos, são quatro: 1) O Problema e as Hipóteses: onde será trabalhado a problemática desta pesquisa, ou seja, o discurso inicial e ponto de partida para os demais procedimentos, e as hipóteses, bases fundantes deste trabalho, que permitiram que a sua estruturação se transformasse nos dois primeiros capítulos desta pesquisa; 2) O Método: elemento este que se caracteriza por ser o método dialético crítico e Marx, baseado em três categorias fundantes: historicidade, mediação e contradição, onde serão abordados considerando o tema proposto neste trabalho; 3) Técnicas de pesquisa: este por sua vez se caracteriza pelo tipo de pesquisa que foi utilizado para desenvolver este trabalho, a pesquisa bibliográfica, além de um roteiro analítico como poderá ser observado; 4) Técnicas de análise: a análise de conteúdo que será abordada nesta pesquisa será a documental, conforme poderá ser visto ao final desta seção.

4.1. PROBLEMA E HIPÓTESES

O presente projeto de pesquisa surgiu a partir de questionamentos a respeito de como os adolescentes e jovens percebem, ou não, a violência simbólica contra a mulher na reprodução de preconceitos, discriminações e violências, muitas vezes invisíveis aos olhos pouco atentos da população, presente em nossa sociedade capitalista marcada pela busca incessante pelo lucro e que, muitas vezes, aproveita-se de preceitos já estabelecidos, como por exemplo, o tema em questão, onde não apenas reproduz sua lógica mercantil, a partir do prisma da mídia comercial a qual tem acesso diariamente em diversos meios de comunicação, sejam tv's, computadores, celulares, etc. Iremos agora conceituar o que é um problema de pesquisa:

Formular o problema consiste em dizer, de maneira explícita, clara, compreensível e operacional, qual a dificuldade com a qual nos defrontamos e que pretendemos resolver, limitando o seu campo e apresentando suas características. Desta forma, o objetivo da formulação do problema da pesquisa é torna-lo individualizado, específico, inconfundível (RUDIO, 1978:75 apud LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 127).

A utilização de um problema de pesquisa busca suprir uma inquietação que sentimos sobre determinado assunto e que deixamos claro no momento em que realizamos a pergunta, objetivando limitar o campo de abrangência que este questionamento pode chegar, pois se deseja saber algo específico de um assunto, tornando único o problema em foco, abordagem está possível de observar se levarmos em consideração as características dele. A esse respeito Lakatos e Marconi (2003) abordam que:

O problema assim consiste em um enunciado explicitado de forma clara, compreensível e operacional, cujo melhor modo de solução é uma pesquisa ou pode ser resolvido por meio de processos científicos. Kerlinger (In: Shrader, 1974:18) considera que o problema se constitui em uma pergunta científica quando explicita a relação de dois ou mais fenômenos (fatos, variáveis) entre si [...] (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 127).

Como podemos observar o problema de pesquisa se caracteriza por ser e claro entendimento e que propicia a uma pesquisa para poder ser respondido. Sendo ele uma pergunta, deve elencar no mínimo dois elementos para podermos considerá-lo um problema de pesquisa, e trazendo esta discussão para o nosso tema, vemos que ele aborda quatro elementos que estão interligados entre si, conforme poderá ser visualizado: Como os adolescentes percebem a violência simbólica contra a mulher nas mídias comerciais?

A fim de responder esta pergunta, foram elaboradas duas hipóteses. Para compreendermos melhor do que se trata iremos conceituar o que seriam hipóteses, onde segundo Lakatos e Marconi (2003):

Para Bunge (1976:255), a ciência impõe três requisitos principais a formulação das hipóteses: 1) a hipótese deve ser formalmente correta e não se apresentar “vazia” semanticamente; 2) a hipótese deve estar fundamentada, até certo ponto, em conhecimento anterior; [...]; 3) a hipótese tem de ser empiricamente contrastável, por intermédio de procedimentos objetivos da ciência, ou seja, mediante sua comparação com os dados empíricos, por sua vez controlados tanto por técnicas quanto por teorias científicas (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 130).

Conforme podemos visualizar, as hipóteses preconizam alguns elementos que a tornam válida, o primeiro deles é que deve possuir uma linguagem coerente, ou seja, seguir uma linha de raciocínio que venha fazer sentido com o seu objetivo. O segundo elemento que determina uma hipótese é que ela deve ser pautada em conhecimentos já

existentes, ou seja, não deve ser fundamentada apenas no pensamento do pesquisador, mas sim deve conter bases científicas. E por fim o terceiro e último elemento que a forma é a possibilidade de poder ser verificada com dados empíricos da realidade. A fim de sintetizar o que caracteriza uma hipótese, vamos utilizar Lakatos e Marconi (2003), que fazem a seguinte discussão:

Podemos considerar a hipótese como um enunciado geral de relações entre variáveis (fatos, fenômenos): a) formulado como solução provisória para um determinado problema; b) apresentando caráter ou explicativo ou preditivo; c) compatível com o conhecimento científico (coerência externa) e relevando consistência lógica (coerência interna); d) sendo passível de verificação empírica em suas consequências (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 126).

Assim o conceito de hipótese perpassa estes quatro aspectos. Primeiramente se caracteriza por ser uma resposta a uma pergunta feita anteriormente, sendo ela a sua gênese, em segundo, esta deve além de responder, explicar porque responde a pergunta inicial, ou seja, deve supor uma ideia. Em terceiro lugar deve possuir um viés científico, ou seja, deve basear-se em conhecimentos já existentes e que façam sentido para quem a propôs, e por fim a quarta caracteriza de uma hipótese é que ela pode ser comprovada através da realidade a qual se propôs a responder. Já explicado do que se tratam, partiremos assim para as duas hipóteses da nossa pesquisa:

Hipótese 1 – Violência simbólica contra a mulher e a sua naturalização

Partimos da hipótese de que ocorre a naturalização da violência simbólica contra a mulher nas relações cotidianas por causa de um fator central: a) A violência simbólica não é facilmente identificada no cotidiano dos adolescentes por ser invisível.

O fator da invisibilidade da violência simbólica contra a mulher, aqui retratada como um valor atribuído a elas em relação aos homens, ocasionando atritos entre ambos, concretamente visto a partir da suposta ideia de que o gênero feminino seria incapaz de exercer determinados cargos, funções e direitos, além da suposta superioridade masculina, onde ele estabelece uma ideia de apropriação sobre o corpo da mulher, se dá pelo fato de que ela não é facilmente identificada no cotidiano dos adolescentes, primeiramente por não deixar marcas visíveis em suas vítimas, tornando-se invisível, e em segundo por eles identificarem estas relações como naturais, porque ao passo em que tem seu desenvolvimento dentro de um sistema de

dominação masculina, crescem em famílias onde o homem, no papel de pai, é quem toma as decisões finais, cabendo à mulher, enquanto mãe, e a eles próprios, obedecer.

Hipótese 2 - Banalização da violência simbólica contra a mulher nas mídias comerciais

Partimos da hipótese que ocorre a banalização da mídia comercial da TV e da internet sobre a violência simbólica contra a mulher, ou seja, a utilização da imagem da mulher em um determinado papel transmitida de forma comum, adaptada, trazendo a ideia de conformidade aos olhos de seus expectadores em relação à dominação masculina se dá por dois fatores interdependentes entre si: a) A mídia banaliza a reprodução de uma cultura machista entre os adolescentes que também reproduzem a violência simbólica:

O fator da banalização da cultura machista gera, conseqüentemente, a perpetuação da dominação masculina, fator social este presente em todas as categorias na sociedade (família, trabalho, Estado, etc). Já dentro do cotidiano dos adolescentes, este processo gera comportamentos dentre os mais vários possíveis, indo desde comentários como, por exemplo, “mulher não pode exercer tal trabalho, isso é coisa de homem”, estereótipos como a das “loiras burras”, pensamentos internalizados de superioridade masculina, até a internalização de preconceitos como mostrados em comerciais onde a mulher é posta apenas como cuidadora do lar e nada mais lhe sendo permitido. Vê-se aqui a reprodução do patriarcalismo, que se constitui a partir da autoridade, imposta e aceita, do homem sobre a mulher e seus filhos, reafirmando assim, a dominação masculina. Tudo isto, além das demais ideias banalizadas pela mídia comercial, acarreta diretamente que os adolescentes reproduzam tais comportamentos para que os mesmos sejam aceitos pelos grupos que julgam serem os melhores e que buscam integrar-se, assim conseqüentemente, a violência simbólica contra a mulher entra neste pacote de preconceitos, estereótipos e discriminações que são reproduzidos.

Por fim, todo este processo da banalização da violência simbólica contra a mulher presente na mídia comercial acarreta a internalização deste processo pelos adolescentes, pois ao ter acesso a propagandas que são tratadas de forma trivial e desvalorizadas, os comerciais chegam a eles como uma relação considerada comum e corriqueira, e estes, não refletem sobre este conteúdo banalizado.

4.2. MÉTODO

Para Marx, a teoria é uma descrição detalhada e real do objeto de análise, onde o pesquisador apenas o descreve detalhadamente buscando explicar somente o seu movimento visível, assim como acontece quando são utilizados procedimentos empiristas ou positivistas.

Mas a teoria se distingue de todas essas modalidades e tem especificidades: o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto -de sua estrutura e dinâmica- tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador (NETTO, 2011:20).

Assim, sua teoria se diferencia de outras existentes, tornando-se uma modalidade distinta por que possui como fundamento teórico o próprio movimento do objeto, pois trabalha com ele e suas contradições, ou seja, a história é um fluxo em aberto e cheio de múltiplas determinações. Portanto, para Marx, ela nada mais é que a reprodução do movimento real que o objeto possui captado pelo pesquisador, que será mais coerente à medida que o sujeito se aproxima dele, por exemplo: quando se estuda a violência simbólica contra a mulher, parte-se de comentários que a princípio parecem “normais” (aparência), porém à medida que se pesquisa sobre o tema é possível obter informações que contribuem para o entendimento de como aquele comentário inicial tornou-se tão comum, desvendando as suas determinações.

Na concepção marxiana “a teoria é a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto” (NETTO, 2011, p. 25), porém essa reprodução não é algo automático, ou seja, o pensamento não reflete a realidade como um espelho reflete a imagem que está a sua frente, caso fosse assim, o papel do pesquisador seria totalmente descartável, como por exemplo: quando se trata da violência simbólica contra a mulher, não é possível identificar os seus determinantes apenas olhando para sua aparência, como comentários ou piadas. Mas para Marx, o pesquisador é essencial neste processo, pois ele deve ser dotado de diversos conhecimentos, tais como a dinâmica deste objeto, onde é possível adotar conjecturas teóricas para a explicação do objeto mesmo em seu meio e saber que a sua aparência não o explica por completo, além de realizar as ações de críticas e revisões dos mesmos, além de possuir criatividade para realizar estes e

outros procedimentos, por exemplo: na utilização de uma pesquisa com determinado objetivo a fim de obter os dados que se deseja, mas principalmente saber o que e como perguntar, possibilitando a construção de um roteiro de pesquisa.

O papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa. Marx, aliás, caracteriza de modo breve e conciso tal processo: na investigação, o sujeito "tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas" (MARX apud NETTO, 2011:25).

Assim, o objetivo daquele sujeito que irá realizar uma pesquisa é apreender a essência daquele objeto que será pesquisado, e não apenas reter-se na sua aparência, porém é a partir dela que o pesquisador irá iniciar, e partindo daquele fato imediato, começará a descobrir suas determinações. Portanto, ela sendo um nível da realidade daquele objeto, toma importância no que remete ao desvelamento dos demais níveis, até que se chegue à essência, pois são a partir das mediações criadas naquele aspecto original que serão desvendados os níveis que o precedem. Desta forma, é necessário fazer o caminho inverso para voltar à aparência e assim possuir subsídios para esclarecer à expressão inicial que deu origem a pesquisa. Este método só pode ser visto durante a investigação, sendo nesta conexão que se encontram articuladas as suas três categorias fundamentais: totalidade, contradição e mediação.

Desta forma, Marx diz que a sociedade burguesa, que segue as leis de mercado e que explora a classe trabalhadora visando à lucratividade, é uma totalidade concreta, pois existe independente da vontade dos indivíduos, e não é um todo formado a partir de partes menores e que interagem entre si, mas ela é em síntese: macroscópica porque tem uma abrangência total, complexa e possui elementos que funcionam de forma distinta e constituída por totalidades menores e também complexas que são determinadas pelas maiores.

Para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um "todo" constituído por "partes" funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Nenhuma dessas totalidades é "simples"-o que as distingue é o seu grau de complexidade (é a partir desta verificação que, para retomar livremente uma expressão lukacsiana, a realidade da sociedade burguesa pode ser apreendida como um complexo constituído por complexos) (NETTO, 2011:56).

É possível observar que nenhuma destas pequenas partes - como a violência simbólica contra a mulher e a mídia intrinsecamente conectadas e ao mesmo tempo distintas complexidades entre si - é simples, pelo contrário, cada uma possui um nível de complexidade que as distingue uma das outras, porém é válido mencionar que mesmo diferentes ambas possuem algum tipo de conexão, fazendo com que elas sejam interligadas entre si.

A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem. Essas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Esses supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços etc. (MARX, 2008:258)

Já neste projeto, a totalidade se faz presente em um primeiro nível: a partir a sociedade patriarcal, que se caracteriza pela imposição de um poder do homem sobre a mulher e seus filhos, criando assim um espaço onde ocorrem diversos tipos de violências entre os gêneros, como por exemplo: a própria violência simbólica contra a mulher e o machismo, nosso segundo nível.

O segundo nível: a cultura machista se faz presente neste trabalho como uma forma do patriarcado se expressar, onde a mulher é vista como inferior ao homem, devendo sempre ser submissa a ele. Este sistema de opressões cria um sistema hierárquico que transforma o feminino em apenas um mero instrumento da dominação masculina que existe nas relações sociais, demonstrando uma desigualdade entre os gêneros.

O terceiro nível: da violência simbólica contra a mulher, se faz invisível ao passo que ela não deixa marcas visíveis em suas vítimas, onde sua reprodução é realizada através de estereótipos destinados ao público feminino, o que muitas vezes passa despercebido a quem pratica tal violência. Para exemplificar, podemos pensar a questão sobre os estereótipos que inferiorizam a mulher, como chamá-la de mais fraca, atribuir atividades diferentes de homens, impedi-la de participar de um determinado grupo apenas por ser mulher, etc., valores difundidos através da interações entre as pessoas, que não refletem sobre estas atitudes e muitas vezes irão passa-las a diante, reproduzindo para outras pessoas.

O quarto nível aqui retratado é a atual mídia comercial virtual e televisiva, que entrou neste contexto recentemente como banalizadora desta violência ao reproduzi-las em seus comerciais, porque se aproveita estrategicamente das relações existentes para anunciar aquilo que lhe interessa. Um exemplo é como a mídia utiliza o corpo da mulher ou a própria imagem dela como um objeto em seus comerciais e conseqüentemente, reproduz estereótipos de comportamento para os sexos.

Estes níveis relacionados entre si contribuem para que a sua reprodução seja realizada em um quinto e último nível, os adolescentes, que ao acessarem conteúdos destas mídias, as reproduzem inconscientemente, porque chegam a eles de forma corriqueira e comum através da banalização da mesma. Exemplificando: adolescentes que se deparam com comerciais que em seu conteúdo reproduzem estereótipos do que é ser masculino ou feminino internalizam tais ideias como verdades através da identificação com a sua realidade. Desta forma, os cinco níveis de forma articulada constitui a totalidade da problemática deste projeto de pesquisa.

Ainda cabe salientar que a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica, sendo esta dinamicidade a segunda categoria do método de Marx: a contradição, ou seja, está sempre em movimento, pois o conjunto de relações sociais vai interagindo e mudando as formas de sociabilidade e as transformações que ocorrem nela advém do seu caráter contraditório, a mercantilização das relações, pois ao passo que cria novas formas de interações, são criados meios para que elas se desenvolvam, além de reafirmar as já existentes, como no caso da mídia em relação à violência simbólica contra a mulher, onde a primeira reproduz a segunda. Se não houvesse tais contradições, as pequenas totalidades não iriam mudar, tornariam-se imutáveis, porém em uma ordem social capitalista, não é possível que as contradições deixem de existir, pois são intrínsecos ao sistema, pois gera a negação do estado humano.

Mas a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica - seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas - e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem

da estrutura de cada totalidade - e, novamente, não há fórmulas/formas apriorísticas para determiná-las: também cabe à pesquisa descobri-las (NETTO, 2011:57).

Desta forma, a contradição expressa no problema de pesquisa deste trabalho se faz presente na ação de desvalorização da mulher em face da sua objetificação simbólica, um exemplo disto é a forma como as meninas enquanto crianças são educadas a se comportarem: a mercê dos meninos. Isto acontece não somente nas mídias comerciais, onde esta ideia é reproduzida, mas na sociedade como um todo, onde o gênero feminino é também construído como um mero instrumento ao homem, e como tal deve servi-lo. Outra contradição é encontrada no fato dos adolescentes não terem a percepção deste tipo de violência que diariamente são expostos e que são reproduzidos por eles, ainda que tenha uma mínima compreensão da mesma, a forma como ela é banalizada faz com que os adolescentes se tornem indiferentes em relação a ela.

Quando se estuda a marcha das categorias econômicas e em geral qualquer ciência social histórica, sempre convém recordar que o sujeito - a sociedade burguesa moderna, nesse caso - se encontra determinado na mentalidade tanto quanto na realidade, e que as categorias, portanto, exprimem formas de vida, determinações de existência, e amiúde somente aspectos isolados dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a [Economia Política] não aparece também como ciência senão unicamente a partir do momento em que trata dela como tal (MARX, 2008:265).

Portanto, as contradições que emergem a partir do tema pesquisado se encontram tanto na vida material, como na mente dos sujeitos, isto quer dizer que os elementos estudados estão subjetivados como valores nos sujeitos, que os aceitam, naturalizam e os reproduzem interiormente e no mundo concreto. Esta ação é intrínseca ao ser humano que vive em uma sociedade capitalista, pois é nela que tais contradições sofrem um acirramento, por causa do sistema mercantil existente.

Desta forma é possível abordar sobre a terceira e categoria final do método em Marx: a mediação, identificando as relações de conexão que permeiam entre os processos destas totalidades e a relação delas com a totalidade macroscópica, aqui retratada como nível de maior abrangência a sociedade capitalista, pois elas englobam

todas as totalidades de menor complexidade, pois é a partir dela que serão identificadas as mediações existentes entre ambas para se chegar a sua essência.

Tais relações nunca são diretas; elas são mediadas não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade. Sem os sistemas de mediações (internas e externas) que articulam tais totalidades, a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria uma totalidade indiferenciada - e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto, já determinado como "unidade do diverso" (NETTO, 2011:57/58).

As relações existentes são, portanto, mediadas não somente a partir dos diferentes níveis de complexidade, mas também pela estrutura que diferencia uma pequena totalidade da outra, por exemplo: na sociedade patriarcal existe a questão da violência simbólica contra a mulher e do machismo que são reproduzidas pela mídia comercial, que induz os adolescentes que assistem, a reproduzirem estereótipos e o próprio sistema patriarcal. É válido ressaltar a importância dos sistemas de mediações que articulam as totalidades, pois sem eles o maior nível de totalidade seria indiferenciado dos menores, ou seja, ela seria apenas mais um pequeno complexo entre os complexos, onde a conexão entre os elementos permanece como mutável a todo momento.

O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo. Deve constituir o ponto inicial e o ponto final e ser desenvolvido antes da propriedade rural. Depois de ter considerado separadamente um e outro, deve-se estudar sua relação recíproca. Seria, pois, impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pela relação que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna, e que é precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural ou do que corresponde à série da evolução histórica. Não se trata do lugar que as relações econômicas ocupem historicamente na sucessão das diferentes formas da sociedade. Menos ainda de sua série "na ideia" (Proudhon), que não passa de uma representação falaciosa do movimento histórico. Trata-se de sua conexão orgânica no interior da sociedade burguesa moderna (MARX, 2008:267).

Sendo o capital o poder na sociedade burguesa, é ele quem a rege, isso quer dizer que os interesses da classe dominante sempre será o lucro, deixando em segundo plano as necessidades advindas do próprio sistema. Desta forma, esta potência é o início de tudo, e também o fim, pois o desejo de adquiri-lo só é saciado quando se é obtido, e após, buscado novamente, criando um ciclo

incessante. Ao estudar como esta e outras relações se estabelecem, é necessário identificar primeiramente os seus elementos constitutivos, analisando-os.

Portanto, a mediação se faz presente com base nas circunstâncias históricas contemporâneas neste projeto no que tange a atualidade que a sociedade patriarcal está vivendo, marcada pela crescente participação das mídias nas relações sociais, determinando comportamentos para as pessoas e ditando atitudes que os adolescentes devem seguir para serem aceitos. O fato de novas relações surgirem ao passo que a sociedade se desenvolve faz com que as formas de violência se propagarem sejam modernizadas também, o que aconteceu principalmente com a ascensão da mídia nos últimos anos, pois a velocidade com que informações e mensagens são trocadas cresceu de forma estrondosa, além da fácil acessibilidade com que as pessoas se conectam hoje em dia, contando também com a facilidade como os mais diversos tipos de assunto chegam a nós e como nós mesmos criamos conteúdos, simplesmente em qualquer lugar.

Durante o processo, os instrumentos e as técnicas de pesquisa podem ser os mais variados possíveis, indo de uma análise documental até observações, recolhimento de dados, suas quantificações, etc. Porém, não existe uma fórmula mágica e pronta para que a pesquisa seja realizada, pois o método de Marx não é um conjunto de procedimentos que devem ser identificados como uma regra a ser seguida, nem ao menos processos que devem ser escolhidos pelo pesquisador a sua vontade, mas é por sua vez uma orientação, um norte teórico, para aquele que deseja realizar uma pesquisa que contemple não somente a aparência do objeto, mas sua essência e as mediações que conectam cada nível de realidade.

4.3 TÉCNICAS DE PESQUISA

O tipo de pesquisa que será utilizado na construção desde projeto será a técnica de pesquisa bibliográfica. Esta por sua vez segundo Lakatos e Marconi (2003), abrange toda produção que já foi publicada no que diz respeito à temática que se deseja abordar, abrangendo desde livros, monografias e revistas, até materiais publicados em meios de comunicação orais, tais como gravações, filmes documentários, etc. A finalidade desde tipo de pesquisa é deixar o sujeito a par com tudo o que foi produzido em relação ao assunto que este deseja conhecer.

Mencionado por Lakatos e Marconi (2003, p. 183), Manzo explica que a pesquisa bibliográfica “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente” (1971, p. 32). Com isso, ela não é apenas a reprodução daquilo que já foi estudado, mas sim da a possibilidade de examinar o assunto sob uma nova ótica, possuindo diferentes abordagens, e assim conseqüentemente, poderá gerar novos conhecimentos acerca do tema.

A partir da pesquisa bibliográfica, o procedimento que será utilizado consiste em um roteiro analítico procedente das hipóteses criadas, como poderá ser observado no quadro abaixo:

Hipótese 1: A naturalização da violência simbólica contra as mulheres nas relações sociais cotidianas.

A violência simbólica não é facilmente identificada no cotidiano dos adolescentes, (invisível)	
Elementos constitutivos	Aspectos
Legitimação da dominação masculina	<p>1. Princípio da inferioridade feminina:</p> <p>BOURDIEU, P. A dominação masculina. 2ª Edição, Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>2. Oposição entre os gêneros:</p> <p>BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. Mulheres, gênero e violência. Marília, Oficina Universitária, São Paulo, Cultura Acadêmica, 2015.</p>
Sexualidade da mulher	<p>1. Imposição de uma sexualidade feminina:</p> <p>BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. Mulheres, gênero e violência. Marília, Oficina Universitária, São Paulo, Cultura Acadêmica, 2015.</p> <p>2. Instinto natural:</p>

	BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. Mulheres, gênero e violência. Marília, Oficina Universitária, São Paulo, Cultura Acadêmica, 2015.
Instituição social escolar	3. Escola como reprodutora de violências BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. Mulheres, gênero e violência. Marília, Oficina Universitária, São Paulo, Cultura Acadêmica, 2015.

Hipótese 2: A banalização da mídia comercial da TV e da internet sobre a violência simbólica contra a mulher

A mídia banaliza a reprodução de uma cultura machista entre os adolescentes que também reproduzem a violência simbólica	
Elementos constitutivos	Aspectos
Patriarcalismo	3. O controle social sobre a mulher CASTELLS, M. O poder da identidade , Cap. 4. Paz e Terra. CISNE; SANTOS, 2018. 4. Os limites do enfrentamento ao patriarcado CASTELLS, M. O poder da identidade , Cap. 4. Paz e Terra. BOURDIEU, P. A dominação masculina . 2ª Edição, Rio de Janeiro, 2002.
Estereótipos masculinos e femininos	3. Processo de socialização infantil BITTENCOURT, Luciana Gonzaga; BARROS, Nivia Valença. Gênero e mídia: Um olhar sobre a

	<p>violência simbólica e a publicidade infantil. Congresso Internacional Comunicação e Consumo. São Paulo, 2016.</p> <p>4. A publicidade midiática</p> <p>BITTENCOURT, Luciana Gonzaga; BARROS, Nivia Valença. Gênero e mídia: Um olhar sobre a violência simbólica e a publicidade infantil. Congresso Internacional Comunicação e Consumo. São Paulo, 2016.</p>
--	---

Este roteiro analítico foi criado a partir de quatro procedimentos metodológicos: A) definição do tema, B) formulação de hipóteses, C) separação dos argumentos em elementos por hipótese e D) separação dos elementos em aspectos.

O primeiro procedimento adotado, da definição do problema de pesquisa, se deu através da criação de seis possíveis problemas, onde foram pesquisados textos que abordassem os seus elementos constitutivos. A partir disso ocorreu a junção dos elementos criados, chegando ao resultado final.

O segundo procedimento, da formulação das hipóteses, aconteceu quando foram pensadas duas soluções que respondessem o problema de pesquisa. Com a criação delas, foram utilizados diversos autores que possuíam argumentos que explicassem que as hipóteses estão corretas.

O terceiro procedimento, da separação dos argumentos em elementos em cada hipótese, se deu primeiramente com a dissecação destes argumentos dentro das hipóteses, onde foram postos em um quadro para melhor visualização. Após isto, foram destacados um a um para ver se havia repetições, o que veio a acontecer, então a próxima abordagem foi reajustar os argumentos em duas diferentes hipóteses, adequando-as para ficarem coerentes. Assim na primeira hipótese fora organizado um elemento, e na segunda um, valendo ressaltar que eles formaram o sumário do trabalho final.

O quarto procedimento, da separação dos elementos em aspectos, ocorreu pela necessidade de elencar as novidades em que cada hipótese pode disponibilizar através de sua análise, porém esta separação possibilitou uma melhor organização dos assuntos a serem discutidos, cooperando também para a análise final.

Desta forma as duas hipóteses possuem grande importância em nosso trabalho, pois elas foram à base inicial para a estruturação do trabalho final, tornando-se os capítulos de análise. Sua função ainda é a de evidenciar os aspectos através da demonstração destes sendo o discurso que os fundamenta, como foi possível observar durante os Capítulos 1 e 2 que foram justamente a transição da Hipótese 1 e 2 o projeto e pesquisa realizado. Assim, o procedimento de análise se deu primeiramente pela escrita de toda uma argumentação inicial a partir das citações coletadas, onde foram produzidas um determinado número de páginas que serviram como base para o início deste trabalho.

Após uma análise criteriosa foram possíveis encontrar algumas modificações que eram necessárias para qualificar o conteúdo da pesquisa, passando por uma segunda fase de tratamento de dados, sendo constatado que ainda seria necessário mais algumas alterações. Desta forma o procedimento se realizou algumas vezes até foi necessário aglutinar algumas discussões para qualificar ainda mais a análise e evitar repetições, sendo possível ao final deste procedimento demonstrar a conexão das hipóteses com a pesquisa bibliográfica, chegando ao resultado final conforme pode ser visualizado nos Capítulos 1 e 2 deste trabalho.

Foi optado também em desenvolver uma pesquisa que trata-se da participação do pesquisador diretamente com o grupo que será pesquisado, incorporando-se a ele como se fosse um membro, participando normalmente das atividades que ele desenvolve, afim de obter informações deste grupo para os devidos fins.

Com isso busca-se primeiro conquistar a confiança do grupo, visto que o pesquisador fará parte dele durante o processo, após isto, é necessário fazer com que os sujeitos compreendam a relevância da pesquisa, deixando claro qual o objetivo dela, porém dependendo da temática que será abordada, é válido deixar o objetivo no anonimato.

Existem duas formas para a realização de uma observação participante, são elas a Natural: onde o observador pertence ao mesmo espaço que o grupo convive; e a Artificial: quando o observador não pertence ao ambiente, busca integrar-se a ele e passa a conviver com os membros a fim de obter as informações desejadas, Lakatos e Marconi (2003). Porém nesta pesquisa optou-se em utilizar a forma Artificial, visto que o discente não pertence ao mesmo grupo que foi pesquisado.

Assim o sujeito de pesquisa são adolescentes do nono ano da Escola Estadual Tusnelda Lima Barbosa localizada no bairro do Passo, em São Borja – RS, onde a escola possui sete turmas pelo turno da manhã, indo do sexto ao nono ano do ensino fundamental. Foi implementado pelo pesquisador o projeto de intervenção intitulado “Grupo de adolescentes e jovens: Fortalecimentos de vínculos e relações interpessoais”, com os estudantes do nono ano da instituição educacional, pois era a turma em que este estava aplicando o projeto mencionado acima, sendo o público de maior idade da escola, variando entre 14 a 16 anos de idade, com uma turma com 21 alunos, sendo destes 14 meninos e 4 meninas.

Anterior à realização da pesquisa, foi pensado na utilização de um roteiro, que possuía como objetivo relacionar a pesquisa do TCC com o campo de estágio para aproveitar casos empíricos dos adolescentes, ou seja, dados reais e concretos da realidade deles. O ponto de partida assumido foi o problema de pesquisa “Como os adolescentes percebem a violência simbólica contra a mulher nas mídias comerciais em uma sociedade capitalista?”, pergunta esta discutida com os estudantes ao longo do processo.

Desta forma foi optado em utilizar dois encontros nos dias 15 e 26 de junho de 2018 para a realização da pesquisa, onde foram desenvolvidas duas rodas de conversa sobre o tema violência simbólica contra a mulher e mídia comercial, com a duração de 1h30min cada, pois abrangiam os dois últimos períodos de aula dos alunos.

Foram pensadas assim metodologias para cada encontro, onde o primeiro passo foi à aplicação de um questionário físico no início do encontro, que continha um quadro que buscava informações pessoais dos alunos e seis perguntas a respeito das propagandas e se eles conheciam o termo violência simbólica contra a mulher, conforme pode ser observado no Anexo 1

Após a aplicação deste questionário, o segundo passo que foi planejado é o de debater as respostas dos alunos, trazendo a tona algumas questões para que as opiniões fossem relatadas para o grupo e assim, fossem discutidas.

4.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE

A análise de conteúdo que será utilizada neste trabalho será a documental, cabendo salientar a importância dela, pois é a transformação do conteúdo existente para uma forma mais acessível de visualizar o maior número de informações possíveis. Ela é segundo Bardin:

[...] uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência. Enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação (BARDIN, 1977, p. 45).

Com isso, faz-se necessário observar o papel que esta análise terá neste projeto, pois possibilitará que dados brutos ou sem uma prévia análise, sejam tratados de forma articulada para a criação de um novo tipo de conhecimento. A análise de conteúdo entra neste contexto, pois permitirá a manipulação dos conteúdos adquiridos para identificar à realidade que não pode ser observada no momento anterior a pesquisa.

A fase de pré-análise neste projeto se deu através da escolha inicial das obras que serão estudadas a partir do tema que se deseja pesquisar, após isto, foram elencadas as duas hipóteses que nortearam todo o trabalho, cada uma possuindo elementos constitutivos que se tornam tanto seus argumentos, como o próprio sumário, sendo eles os indicadores que fundamentam e que servirão para desvendar o resultado ao final de todo o processo. O procedimento seguinte é o de tratamento de dados, fase onde ocorre a administração dos métodos utilizados. Por fim ocorre o tratamento dos resultados e interpretação, é o lugar onde são sistematizadas as informações conclusivas, que servirá dentre outras funções, a instigar outras pesquisas sobre a temática utilizando técnica.

5. ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO

Nesta sessão será analisado o questionário¹ que foi aplicado aos alunos durante o processo de Estágio Supervisionado em Serviço Social com os estudantes do nono ano da Escola Estadual Tusnelda Lima Barbosa². Está análise se pautará através da conexão das respostas obtidas com as duas Hipóteses deste trabalho, elas serão então retomadas sinteticamente, pois estão dispostas na integra na metodologia, sendo o objetivo desta ação articula-las com o objeto de pesquisa.

A primeira é a Violência simbólica contra a mulher e a sua naturalização, que abrange como são os processos de legitimação a sua ocorrência, que segundo Bourdieu (2002) consiste em como as mulheres são estereotipadas e como isso gera outras formas de violências, como a subordinação e significações que são impostas a elas, por exemplo: ditados populares como “isso é coisa de mulher”, caracterizando uma ação de interioridade e conseqüentemente uma atitude de enquadramento de um padrão de comportamento inclusive pela própria mulher². O foco deste trabalho se dá no cotidiano de um determinado grupo de adolescentes que compõem o público alvo da pesquisa considerando a atual conjuntura em que estão inseridos, ou seja, uma sociedade capitalista, patriarcal e conservadora, marcada por processos de exclusão e hierarquias entre os gêneros³. Esta hipótese é formada por um fator central: A violência simbólica que não é facilmente identificada no cotidiano dos adolescentes por ser invisível, pois ela passa por um processo de legitimação da dominação masculina através da apropriação da sexualidade feminina dentro de instituições sociais como a família, o Estado, etc.

A segunda hipótese é a Banalização da violência simbólica contra a mulher nas mídias comerciais, que trata da utilização da imagem da mulher em uma determinada função, geralmente em submissão ao homem, porque ela tende a apenas reproduzir o que a sociedade acredita ser o certo pelo senso comum, e que é transmitida de forma comum e banalizada o que cria a ideia de conformidade aos seus

¹ Conforme explicado na seção 4.2 de metodologia

¹ Explicado na seção 4.3 da descrição do objeto

² Discussão realizada no Capítulo 2 a partir de Bourdieu (2002).

³ Trabalhado no Capítulo 2 a partir de Brabo (2015).

expectadores daquele papel feminino de ser apenas dependente do homem, pois é isso que socialmente se espera de uma mulher numa relação, retratando desta forma a reprodução de uma cultura machista, oriunda de um sistema patriarcal. Ela é constituída por um fator, sendo ele: A mídia banaliza a reprodução de uma cultura machista entre os adolescentes que também reproduzem a violência simbólica, por meio da banalização de estereótipos masculinos e femininos perpassados pela evolução e influência dos meios de comunicação gerando que os adolescentes busquem determinados grupos para se relacionar.

Retomando a estrutura do questionário, ação esta realizada na metodologia de forma mais detalhada, mencionamos que ele é formado por duas perguntas que objetivaram coletar as opiniões dos adolescentes em relação as propagandas, portanto serão analisadas pergunta por pergunta considerando dois níveis em cada uma: a frequência (porcentagem de respostas) e a justificativa (o “por que” de sua resposta objetiva, através dos argumentos apresentados pelos entrevistados).

5.1 VOCE GOSTA DE PROPAGANDAS?

Iniciaremos a análise do questionário pela primeira pergunta: “você gosta de propagandas?” que possui 66,67% das respostas negativas, ou seja, a maior partes dos (as) estudantes relatou não gostar de propagandas, contra 27,78% de respostas positivas, que afirmaram gostar dela. Em terceiro lugar com apenas 5,56 aparece a opção mais ou menos, evidenciando possíveis dúvidas quanto ao seu gosto em relação à propagandas.

TABELA 1 - você gosta de propaganda?

Pergunta 1 - você gosta de propaganda?		
Categoria	Frequência	%
Sim	5	27,78
Não	12	66,67
Mais ou menos	1	5,56
Total	18	100,00

Fonte: Pesquisa realizada durante estágio supervisionado em Serviço social-2018/1.

Considerando os(as) estudantes entrevistados(as) é possível observar que a maioria destes apontou não gostar de propagandas, o que pode-se extrair algumas informações: primeiro a influência para que a violência simbólica contra a mulher não seja percebida no cotidiano da maioria dos adolescentes no momento que consideram que os comerciais são irrelevantes, pois a mídia comercial contribui para que ocorra a violência simbólica contra a mulher através de como ela a transmite, torna cada vez mais banal a relação destes estudantes com as discriminações que perpassam este tipo de violência; segundo que esta situação pode indicar uma não percepção da violência aqui discutida, pois as propagandas destinam-se a terem interpretações acríticas, e com isso os comerciais se tornam sem nenhum valor de agregação, ou seja, não trazem nenhuma informação que seja considerada importante e fazendo com que não sejam de interesse dos adolescentes, daí provavelmente este perfil de não gostarem delas.

Toda esta relação do não interesse nos comerciais pode levar que ocorra a naturalização e banalização indireta da violência simbólica contra a mulher, conforme abordado em nossas hipóteses de trabalho, pois sem uma acriticidade ocorre a internalização direta dela. Com isso a mídia acaba por contribuir para manter o sistema de poderes graças a forma com ela interage com seus telespectadores, indo ao encontro da manutenção social da violência através da manipulação dos meios de comunicação e das informações⁴, discussão esta realizada de forma mais detalhada no Capítulo 2 deste trabalho.

Para demonstrar tais constatações nesta pergunta objetiva, foi optado realizar uma sub pergunta: “Por quê?”, sendo ela dividida em suas categorias de respostas⁵ “Sim” e “Não”, respectivamente, para distinguir a justificativa de cada adolescente segundo a sua afirmação inicial. Vejamos isto na tabela a seguir:

⁴ Segundo Njane (2006) e Maigret (2010).

⁵ Tais categorias foram aglutinadas conforme descrito na sessão 4.2 da metodologia.

TABELA 2 - Você gosta de propaganda - opções “NÃO”

Categoria	Frequência	%
Outras respostas individuais	5	41,65
E muito chato.	3	25,00
NR	4	33,34
Total	12	100

Fonte: Pesquisa realizada durante estágio supervisionado em Serviço social-2018/1.

Desta forma, as respostas negativas da Tabela 2 possuem três categorias de justificativas. A primeira delas foram as afirmações individuais com 41,65%, sendo destacada a seguinte: “Porque as mulheres ficam se amostrando o seu corpo”, que podemos conectar com a Hipótese 1 porque se refere diretamente ao fator 1 de nossa hipótese da naturalização no que tange o argumento da não identificação da violência simbólica contra a mulher no cotidiano dos adolescentes. Este fator pode ser demonstrado a partir da identificação de um padrão de comportamento que a mulher deveria possuir segundo uma subjetividade marcada pelo controle da sexualidade feminina que deve além de ser preservada, ou em outros termos retraída, deve servir apenas aos desejos masculinos no momento que este desejar. A partir do momento em que surge uma resposta que faz menção ao julgamento da postura da mulher em mostrar seu corpo, podemos observar como isso dirige-se a uma não percepção de como a sexualidade da mulher é imposta a ela de forma a não permitir que ela possa se desenvolver da mesma forma que o homem, seja pelos comportamentos ou pela própria vestimenta, onde esta última é em grande parte uma das maiores formas de julgamento contra o público feminino e argumento quando ocorrem casos de abusos onde costuma-se ouvir que “isso aconteceu porque ela estava usando tal roupa”, atrelando a culpa do ocorrido a própria vítima, visto a sociedade desigual e hierárquica em que vivemos e que não é observada, garantindo assim que o fator mencionado possa ser evidenciado a partir da resposta coletada no questionário.

Esta violência é perpetuada por eles no seu cotidiano quando reproduzem tais comportamentos dentro do ambiente escolar⁶ onde tais atitudes tem sua origem pela forma que a criança é criada, ou seja, não apenas dentro do contexto familiar ela

⁶ De acordo com o Capítulo 2 a partir de Brabo (2015).

reproduzirá estes comportamentos, mas ela o será feito em todos os ambientes que esta criança vier a estar, e o sistema patriarcal se faz presente com a suposta superioridade masculina sobre o feminino através das relações sociais, ideia difundida principalmente dentro da família quando a figura de chefe da casa é dado ao homem enquanto pai e cabe a mulher enquanto mãe e aos adolescentes enquanto filhos, obedecer, pois é desta forma que a dominação masculina⁷ - que é a ideologia que opõe homens e mulheres em uma hierarquia de poder que indiscutivelmente submete o feminino a subordinação masculina, inferiorizando-as e fazendo com que elas sejam submetidas ao símbolo de objeto -, se insere desde o início da vida em sociedade dos sujeitos.

TABELA 3 - Você gosta de propaganda - opções “SIM”

Categoria	Frequência	%
Outras respostas individuais	3	60
Porque aparece as mulher só de biquine.	2	40
Todos	5	100

Fonte: Pesquisa realizada durante estágio supervisionado em Serviço social-2018/1.

Já dentre as respostas “sim” da Tabela 3 possuem duas categorias de justificativas: a primeira delas são as respostas individuais, com destaque para: “incentiva a comprar”, que possui relação com a segunda hipótese da banalização, visto que está conectada as fator do acirramento da competitividade entre os adolescentes, pois o marketing presente nas mídias comerciais são calculadamente pensadas para atrair a atenção de um determinado público, aqui retratado como os adolescentes, pois a mídia esta inserida em um sistema capitalista⁸ que se renova a cada dia para que assim possa se adequar ao seu propósito, a obtenção de lucro, e com isto ela apresenta certos produtos como se fossem indispensáveis para esta faixa etária, visto que a mídia maquia uma vida regada de luxos e bens que não estão acessíveis a maior parte de seus espectadores, gerando frustrações e isolamentos por parte dos aqui então pesquisados estudantes, que se veem como não pertencentes a um determinado grupo ou segmento.

⁷ Segundo o Capítulo 2 a partir de Bourdieu (2002).

⁸ Segundo Castells (1999).

Este fator pode ser demonstrado através das afirmações dos estudantes onde constam a respeito das propagandas e como elas os influenciam, mesmo com o desinteresse nos comerciais. É válido ressaltar que nesta faixa etária é grande o consumo de diversas mídias, principalmente na internet, pois com o advento dela adolescentes de diversos lugares do país e do mundo tiveram a chance de se conectar instantaneamente um com o outro, e o fácil acesso a elas além do compartilhamento entre eles próprios permite que a violência simbólica seja utilizada e reproduzida nos conteúdos que estes acessam, como no caso de jogos eletrônicos ou virtuais onde é comum ocorrer destes games serem anunciados por mulheres ou seres humanoides que representam ser do gênero feminino, isto quando não usam estes personagens nos próprios jogos a fim de atrair um público maior de adolescentes.

A questão é usar tais artifícios da forma como são usados: mulheres ou seres femininos com roupas minúsculas que demonstram sensualidade demasiada para chamar atenção do público masculino para tais jogos, o que contribui não apenas para a competitividade dos adolescentes em obterem estas personagens (pois geralmente são as mais poderosas), mas também reproduz estereótipos femininos⁹ de teor sexual que permitem termos uma análise de que elas estão ali para serem usadas ao mero agrado aos homens que utilizaram a personagem como desejarem, contribuindo desta forma para demonstrar a hipótese dois deste trabalho.

Para finalizar, é possível observar que o fator da primeira hipótese: A não percepção da violência simbólica no cotidiano dos adolescentes juntamente com o fator da segunda hipótese: O acirramento da competitividade dos adolescentes que reproduzem a violência simbólica contra a mulher conseguiram ser demonstrados através dos dados coletados no questionário. A fim de facilitar o entendimento desta demonstração, será utilizado o quadro a seguir, que busca sintetizar o elemento comprobatório que foi identificado em casa fator:

HIPOTESE	Fator 1
H1	Elemento comprobatório: julgamento da sexualidade feminina
H2	Elemento comprobatório: publicidade da mídia

⁹ De acordo com o Capítulo 3 a partir de Bittencourt e Barros (2016).

Conforme é possível observar no quadro síntese foram possíveis comprovar dois fatores hipotéticos: o primeiro dela está presente na Hipótese 1 “A naturalização da violência simbólica contra as mulheres nas relações sociais cotidianas” mais precisamente o fator da Violência simbólica não é facilmente identificada no cotidiano dos adolescentes (invisível), através do elemento comprobatório do julgamento da sexualidade feminina, ou seja, alguns adolescentes deixam claro a sua postura quanto a depreciação do comportamento e vestimentas de mulheres, pois dizem não gostar de propagandas porque elas mostram o seu corpo, contribuindo para a conexão com o fator ao passo em que não identificam no seu discurso como a dominação masculina está presente nesta relação e como ela molda não apenas o seu modo de pensar mas também os seus comportamentos .

Já o segundo fator que foi possível evidenciar a partir das respostas do questionário se encontra na Hipótese 2 “A banalização da mídia comercial da TV e da internet sobre a violência simbólica contra a mulher” no fator da mídia potencializar a reprodução de uma cultura machista entre os adolescentes que reproduzem a violência simbólica através do elemento comprobatório da publicidade realizada pela mídia, ou seja, a forma exagerada e banalizada que ela utiliza o corpo feminino para anunciar mercadorias a fim de atrair o público masculino a adquiri-los, e com isso os adolescentes que acessam a tais conteúdos e produtos podem reproduzir a violência simbólica contra a mulher no momento em que disputam entre si sobre quem consegue determinado produto ou item em um jogo, o que muitas vezes está ligada a sexualização da mulher a partir da utilização de seu corpo como marketing desta mercadoria. Continuaremos esta análise indo para a segunda pergunta do questionário.

5.2 AS PROPAGANDAS TEM IMPORTÂNCIA NA SUA VIDA?

TABELA 4 - As propagandas tem importância na sua vida?

Pergunta 2 - As propagandas tem importância na sua vida?		
Categoria	Frequência	%
Sim	4	22,22
Não	14	77,78
Total	18	100,00

Fonte: Pesquisa realizada durante estágio supervisionado em Serviço social-2018/1.

Conforme a Tabela 4 pode ser observada através das respostas coletadas que a tendência de não gostar de propagandas que foi revelada na primeira amplia-se a partir da segunda questão, onde consta que a maior porcentagem dos alunos (77,78%) dizem que as propagandas não possuem nenhuma importância em suas vidas, e uma pequena parcela deles (22,22%) acredita que os comerciais dispõem de elementos importantes no seu cotidiano. Até o momento, o perfil de adolescentes vem se caracterizando por ser aquele que é indiferente as propagandas, ou seja, elas não demonstram nenhum tipo de relevância para os alunos e não apresentam nenhuma forma de benefício para suas vidas. Para comprovar tais constatações foi optado em separar os “porquês” das respostas “Sim” e “Não” na seguinte tabela:

TABELA 5 - As propagandas tem importância na sua vida?- opções “NÃO”

Categoria	Frequência	%
Porque não gosto de olhar e algumas são desnecessárias.	4	28,57
Outras respostas individuais	4	28,57
Porque atrapalha meus jogos.	3	21,43
É chato.	3	21,43
Total	14	100,00

Fonte: Pesquisa realizada durante estágio supervisionado em Serviço social-2018/1.

A partir disso, das respostas negativas na Tabela 5, aglomeram quatro categorias de justificativas. A primeira delas é: “Porque não gosto de olhar e algumas são desnecessárias” com 28,57% de frequência, demonstrando desinteresse em algumas propagandas por não ser de seu agrado além do fato de evidenciarem que algumas são irrelevantes e desnecessárias. Empatada com 28,57% de frequência se encontra a segunda categoria, sendo ela a de respostas individuais, onde foram mencionados argumentos com apenas um aluno o utilizando, com destaque para a afirmação “Porque aparece as coisas que eu quero, mas não posso comprar porque não tenho dinheiro”, que faz menção do papel da mídia despertar o desejo de consumo em um adolescente. Nas próximas duas categorias ouve um empate com 21,43% cada uma, sendo elas as categorias de resposta: “porque atrapalha meus jogos” e “é chato”.

Trazendo para a discussão as hipóteses de trabalho, vemos que não houve conexão com a primeira hipótese, então partiremos para a segunda hipótese da banalização da mídia com o fator da mídia ampliar a competitividade entre os adolescentes a partir de respostas do questionário que tem ligação com a questão da publicidade e de games, mais precisamente a questão de estereotipar a mulher como se esta devesse apenas estar à mercê da ordem masculina, que a utiliza como um mero objeto, onde a mídia comercial anuncia produtos a partir de uma estratégica utilização de imagens que venham a agradar a esta faixa etária, ou seja, são produtos e comerciais que são pensados e produzidos justamente para os adolescentes como forma de afirmar uma identidade enquanto sujeito perante a sociedade, mas e o que acontece para quem não possui os recursos necessários para adquiri-los?

Ocorre então da competitividade entre adolescentes ser um fato que não apenas existe num mundo simbólico mas também na vida concreta a partir da obtenção de bens que são valorizados acima das relações humanas, pois quem não os possui pode sofrer exclusões por parte de outros adolescentes, fato comumente observado no dia a dia escolar, e a banalização da mídia entra neste cenário no momento em que esta utiliza demasiadamente estereótipos femininos em suas propagandas justamente para atrair o público adolescente que se vê nos produtos, ou seja, aquele comercial foi construído a partir da identificação com a realidade de alguns adolescentes que observam inclusive estereótipos no seu dia a dia, como no caso onde ocorrem violências domésticas e a mulher enquanto mãe é vítima de opressões de seu marido, que a violenta não apenas física mas também simbolicamente, através de estereótipos como a de ser cuidadora do lar. Porém em contra partida a questão da identificação das propagandas com o mundo concreto, estão alguns adolescentes que não possuem os mesmos recursos, gerando frustrações e contribuindo para o processo de acirramento das relações entre eles.

Baseado nas informações contidas nas respostas da segunda pergunta “As propagandas tem importância na sua vida?” torna-se compreensível evidenciar que tanto a naturalização e a banalização sendo realizadas pelos adolescentes e pela mídia respectivamente, são ações inerentes a eles porque há o processo de legitimação destas relações e também aos pensamentos que as propagandas não têm importância na vida dos alunos pesquisados ou que realmente são importantes para eles, pois em ambos os casos, conforme as justificativas do questionário existe a reprodução da

violência simbólica contra a mulher, pois surgiram alguns fatores de ambas as hipóteses como demonstrado acima que permitem esta análise de confirmação, dentre eles foram possíveis de evidenciar: A não identificação da violência simbólica contra a mulher, a reprodução da cultura machista, o acirramento da competitividade entre os adolescentes. Para sintetizar o entendimento desta análise será utilizado o quadro a seguir:

HIPOTESE	Fator 1
H2	Elemento comprobatório: Consumismo

Conforme é possível observar no quadro síntese foi possível comprovar um fator hipotéticos, sendo que ele está presente na Hipótese 2 “A banalização da mídia comercial da TV e da internet sobre a violência simbólica contra a mulher” no fator da Mídia potencializar as relações de interesse e competitividade entre os adolescentes que reproduzem a violência simbólica através do elemento comprobatório do consumismo ou simplesmente o desejo de consumir que existe por parte dos adolescentes. Este por sua vez se expressa através do fato da mídia estrategicamente anunciar produtos que venham a tender os interesses dos adolescentes ou ainda despertar tais interesses de forma inconsciente, ou seja, os conteúdos são banalizados de tal forma que até os estereótipos femininos (como a sua suposta inferioridade em relação ao homem e a sua submissão a ele) não são notados por seus espectadores, que de forma quase hipnotizada sentem o desejo de possuir determinada mercadora.

Porém neste relação existem dois lados: aqueles que sentem o desejo e possuem condições de adquiri-los e aqueles que não o podem fazer, a partir desta premissa que a competitividade entre os adolescentes começa a surgir quando em meio as relações interpessoais os próprios adolescentes começam um processo de exclusão para com aqueles que não possuem uma vida comparada a sua, ou seja, aqueles que não podem adquirir uma roupa da moda, um aparelho celular moderno, etc., onde consequentemente poderá gerar violências simbólicas contra as mulheres mesmo sem que se tenha esta percepção, pois alguns adolescentes tornam-se agente de violência, ou seja, reprodutores delas porque além de terem sido criados em um sistema desigual para os gêneros no seu meio familiar, a mídia a qual acessam apenas banaliza os estereótipos que eles estão acostumados em seu cotidiano como o pensamento de que

homens são superiores e mulheres devem obedecê-los, entre outras formas desta violência se expressar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de iniciar as considerações finais deste trabalho primeiramente retomaremos nosso problema que pesquisa: “Como os adolescentes percebem a violência simbólica contra a mulher nas mídias comerciais?”, que serviu como base e o ponto de partida das discussões aqui realizadas. Este problema é composto por quatro elementos: a) os adolescentes: sujeitos da pesquisa, ou seja, são eles quem serão alvos e uma pesquisa que busca informações que contribuirão para esta discussão; b) violência simbólica: opressão invisível presente na sociedade e no cotidiano dos adolescentes que a reproduzem pelo fato de estarem envolvidos em relações sociais marcadas por violências onde ao mesmo tempo em que as reproduzem, são vítimas delas; c) a mulher: enquanto principal vítima de violências na sociedade, inclusive da simbólica, onde tem sua imagem e seu corpo estereotipado para o mero prazer masculino; d) a mídia comercial: enquanto veículo de comunicação que propicia a reprodução de diversas violências por causa da forma como transmite seus conteúdos e como isto afeta diretamente a vida de adolescentes.

Para responder a este problema de pesquisa foram elaboradas duas hipóteses. A primeira delas é: “Violência simbólica contra a mulher e a sua naturalização”, que possui a discussão de como esta violência é sentida por adolescentes e como eles a percebem, ou não, através de suas relações sociais, seja entre colegas, professores ou com os próprios familiares. Esta hipótese é formada por um fator central: A violência simbólica não é facilmente identificada no cotidiano dos adolescentes por ser invisível, onde é demonstrado como ocorre o processo de invisibilidade desta violência no dia a dia desta faixa etária. Este fator é dividido em três elementos constitutivos que o formam: a) a legitimação a dominação masculina: onde é discutida a inferioridade feminina e a oposição entre os gêneros; b) a sexualidade da mulher: que contém as discussões sobre a imposição de uma sexualidade feminina e a existência de um suposto instinto natural; c) instituição social escola: onde discutimos sobre a escola ser um espaço de reprodução de violências. Ambos os elementos e seus aspectos contribuem para responder o problema de pesquisa.

A segunda hipótese é: “Banalização da violência simbólica contra a mulher nas mídias comerciais”, onde foi buscado identificar as formas como esta violência é transmitida de forma comum e corriqueira pela TV e pela internet, veículos e

comunicação em massa que produzem diversos conteúdos oriundos de uma sociedade desigual. Esta hipótese possui um fator central: A mídia banaliza a reprodução de uma cultura machista entre os adolescentes que também reproduzem a violência simbólica, onde é demonstrado como a mídia reproduz valores machistas em seus discursos. Este fator é dividido em dois elementos constitutivos: a) o patriarcado: onde é discutido o controle social da mulher e os limites para o enfrentamento ao patriarcado; b) estereótipos masculinos e femininos: abordando o processo de socialização infantil e a publicidade midiática. Ambos os elementos e seus aspectos contribuem para responder o problema de pesquisa.

Vale mencionar a metodologia que foi utilizada para a construção deste trabalho, onde foi utilizada a técnica de análise de conteúdo documental, a fim de transformar as informações e conhecimentos já existentes a partir dos autores(as) utilizados(as) para criar um novo conhecimento que inclusive facilita a compreensão das ideias propostas pelos autores(as) trabalhados(as). A análise de conteúdo entra neste contexto, pois permitiu a manipulação dos conteúdos adquiridos para identificar a realidade que não pode ser observada no momento anterior a pesquisa, pois somente poderá ocorrer a partir da forma articulada em que os dados foram usados.

A partir desta análise documental foram possíveis elencar algumas descobertas sobre os aspectos discutidos, ou seja, surgiram novidades em relação as temáticas que contribuem para responder ao problema de pesquisa. Ao todo foram nove descobertas divididas entre as hipóteses. Na Hipótese 1 a primeira descoberta que está presente no primeiro elemento constitutivo a legitimação da dominação masculina, sendo: a) a dinâmica de objetificação simbólica da mulher entre os adolescentes – esta novidade responde ao problema de pesquisa através a não identificação da violência simbólica pela participação dos adolescentes nesta dinâmica, ou seja, são agentes ativos e assim tornam-se reprodutores dela quando pensam ou agem de forma a utilizar o corpo feminino da maneira que desejarem para o seu mero prazer, seja ele simbólico ou físico.

A segunda descoberta está presente no primeiro elemento constitutivo da legitimação da dominação masculina, sendo: b) a naturalização da dominação masculina entre os adolescentes – que responde o problema de pesquisa através da não percepção da violência simbólica contra a mulher pelos adolescentes por causa da

naturalidade em que as relações sociais são perpassadas por um sexismo que esconde desigualdades como no caso da linguagem, onde a mulher dificilmente é citada e tem a sua representatividade pelo masculino, ou na postura perante o social de alguns adolescentes que utilizam do sexismo para excluir meninas e seu círculo de amizade.

A terceira descoberta está presente no segundo elemento constitutivo da sexualidade da mulher, sendo: c) a predeterminação biológica do sexo feminino entre os adolescentes – que responde ao problema de pesquisa quando não permite a percepção a violência pelos adolescentes através da imposição de uma sexualidade feminina no momento do nascimento da criança, quando ocorre os familiares atribuírem esperanças ao recém nascido e que terá sua criação voltada ao seu futuro enquanto mulher e supostamente submissa aos homens.

A quarta descoberta está presente no segundo elemento constitutivo da sexualidade da mulher, sendo: d) um suposto instinto sexual – respondendo ao problema como não possibilitando a percepção da violência simbólica pelos adolescentes através da utilização deste suposto instinto como desculpa, explicação ou argumentação para justificar atos como o assédio e o estupro, onde o homem costuma utilizar este instinto para tentar se safar do crime que cometeu. Este suposto instinto sexual também afeta as mulheres quando lhes é dado enquanto reprodutoras da espécie e não possuiria por natureza esta agressividade masculina.

A quinta descoberta está presente no terceiro elemento constitutivo da instituição social escolar, sendo ele: e) a omissão da escola em relação ao combate a violência simbólica contra a mulher – esta descoberta responde ao problema de pesquisa porque possibilita que não haja a percepção desta violência pelos adolescentes através da forma omissão que a escola não trata esta questão, não inserindo esta pauta em seu currículo ou não sendo feito um trabalho pedagógico com os adolescentes para que fosse prevenida a sua ocorrência.

Já as descobertas na Hipótese 2 foram quatro, porém seguiremos na quantificação crescente para facilitar a compreensão. A sexta delas está no primeiro elemento constitutivo do patriarcalismo, sendo: a) um sistema patriarcal que controla física e simbolicamente a mulher e se reproduz entre os adolescentes – esta descoberta responde ao problema de pesquisa porque garante que ocorra a não percepção da violência simbólica contra a mulher pelos adolescentes através da forma como as

mulheres são vítimas do controle masculino e como são exploradas por ele, inclusive para a obtenção de capital através da procriação, onde se gerava filhos a fim de obter mão de obra para gerar uma maior renda.

A sétima descoberta se encontra no primeiro elemento constitutivo do patriarcalismo, sendo: o estado de conformidade gerado pelo patriarcado – esta descoberta responde ao problema de pesquisa porque propicia a não percepção da violência simbólica contra a mulher pelos adolescentes através da sua não contestação, ou seja, ao não criticar este estado em que se encontram, eles próprios contribuem para que haja a permanência dele.

A oitava descoberta se encontra no segundo elemento constitutivo dos estereótipos masculinos e femininos: a forma machista de educar meninos e meninas – esta descoberta responde ao problema de pesquisa porque possibilita que a violência simbólica contra a mulher não seja percebida pelos adolescentes através da forma como são educados desde a sua infância, quando o menino é possuidor de uma liberdade que o garante fazer o que desejar, enquanto a menina é relegada ao ambiente doméstico e é obrigada a fazer as atividades da casa.

A nona e última descoberta se encontra no segundo elemento constitutivo dos estereótipos masculinos e femininos: a publicidade como reprodutora de estereótipos – esta descoberta responde ao problema de pesquisa ao permitir que a violência simbólica contra a mulher não seja percebida pelos adolescentes por causa da forma como a mídia banaliza estereótipos e os transmite de forma comum aos seus espectadores, reafirmando valores que socialmente são tidos como corretos, por exemplo: a sexuação de brinquedos, ou seja, determinado produto é feito para meninos, e outro para meninas, não podendo haver a inversão destes valores segundo a própria sociedade e a mídia que possuem características machistas.

A partir destas descobertas, este trabalho pode contribuir para a academia porque contribuirá para que futuros estudos acadêmicos sejam realizados sobre a temática, além de inserir no contexto acadêmico assuntos como o patriarcado, o machismo e as violências advindas e acirradas no modo de produção capitalista, fatos sociais que se perpetuam cotidianamente e que necessitam de uma desconstrução imediata, pois a sociedade está em constante mudança, fazendo com que novas formas de violência surjam em meio às relações sociais. A partir deste trabalho de conclusão é possível

também produzir conhecimentos críticos a esta temática indo de encontro com os padrões existentes, e por fim possibilitar o acesso a dados e informações para futuros estudantes que contribuirão com novas pesquisas nesta área, qualificando cada vez mais a discussão.

Cabe mencionar que o trabalho aqui realizado é uma discussão inicial, podendo ganhar diversas outras formas a partir de discussões que não foram realizadas, visto que antes do início da pesquisa, não haviam discussões relacionada a todos os itens da problemática tal como ela foi articulada no problema de pesquisa e nas hipóteses, podendo haver ainda diversas outras formas de configuração para se abordar, visto que este trabalho é apenas uma porta dentre várias outras que se abriu para discutir as questões de gênero. Assim um mar de possibilidades se levanta para aqueles que sentem desejo de conhecer mais sobre o assunto violência simbólica contra a mulher. Há também a possibilidade de os próprios adolescentes que foram alvos da pesquisa se interessarem sobre a temática e buscarem mais informações a respeito, pois vivendo em uma sociedade capitalista, dificilmente terão a oportunidade de discutir tais assuntos nos espaços em que convivem. Com isso estamos querendo dizer que é necessário e urgente que trabalhos e pesquisas como esta possam emergir, visto a forma como a sociedade patriarcal e machista vem ganhando força por causa do capitalismo, onde as relações sofrem um acirramento cada vez maior.

Para finalizar, fica aqui a reflexão de como nós enquanto cidadãos, que somos contra qualquer tipo de violência ou opressão contra as mulheres, homens ou qualquer outro gênero, podemos enfrentar os valores que a sociedade patriarcal nos atribui, pois enquanto pessoas comprometidas contra o machismo e neste sentido nossa luta se torna mais aguerrida. O poder da mudança está sobre nossas mãos, sair do comodismo é algo essencial neste cenário, a indignação seguida de uma ação frente a um ato violento é o primeiro passo para um longo caminho a ser percorrido, caminho este que almejamos para uma sociedade mais justa em que a equidade seja sua característica, não a desigualdade. Enfim, a partir de toda a discussão realizada até aqui, resta apenas nos posicionarmos cotidianamente contra o machismo que assola tantas vítimas diariamente, a resistência começa por nós e por nossas mãos conseguiremos a mudança.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70, 1977.
- BITTENCOURT, Luciana Gonzaga; BARROS, Nivia Valença. **Gênero e mídia: Um olhar sobre a violência simbólica e a publicidade infanto-juvenil**. Congresso Internacional Comunicação e Consumo. São Paulo, 2016.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2º Edição, Rio de Janeiro, 2002. Oficina Universitária, São Paulo, Cultura Acadêmica, 2002.
- BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. **Mulheres, gênero e violência**. Marília, CASTELLS, M. **O poder da identidade**, 1997, Cap. 4. Paz e Terra.
- CISNE, Míria; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social** Edi. Cortez, 2018.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5º edição, Editora Atlas, São Paulo, 2003.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2º edição, Editora Expressão Popular, São Paulo 2008.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1º edição, Editora Expressão Popular, São Paulo 2011.

ANEXO 1: QUESTIONÁRIO

Questionário - Colaboração para o TCC

Data: ____/____/____

Nome:		Idade:			
Bairro:		Responsável:			
Como tem acesso a propagandas?	TV	Rádio	Celular	Computador	Outro

Pergunta 1 - Você gosta de propaganda? Por que e qual(is)?

Pergunta 2 - As propaganda tem importância na tua vida? Por quê?

Pergunta 3 - O que as propagandas mudam na tua vida?

Pergunta 4 - Na tua opinião propagandas com mulheres são legais? Por quê?

Pergunta 5 - A mulher é bem tratada nas propagandas? Por quê?

Pergunta 6- Você já ouviu falar em violência simbólica contra mulher? O que?